

## SERVIÇO SOCIAL E FILOSOFIA DA PRÁXIS: REFLEXÕES SOBRE OS FUNDAMENTOS E A IMPORTÂNCIA DE ANTÔNIO GRAMSCI NA FORMAÇÃO ACADÊMICO PROFISSIONAL

### Autoras:

1. Cristiana Costa Lima. UFMA, Doutora em Políticas Públicas. E-mail: [cristiana.lima@ufma.br](mailto:cristiana.lima@ufma.br) (Coordenador)
2. Ivete Simionatto. Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Serviço Social. E-mail. [ivetesimionatto57@gmail.com](mailto:ivetesimionatto57@gmail.com)
3. Mirele Hashimoto Siqueira. Universidade Federal de Santa Catarina. Doutoranda em Serviço Social. E-mail. [mirelehashimoto@hotmail.com](mailto:mirelehashimoto@hotmail.com)
4. Ana Livia Adriano. Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Serviço Social. E-mail. [analiviass@gmail.com](mailto:analiviass@gmail.com)
5. Ana Lole. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutora em Serviço Social. E-mail. [analole@gmail.com](mailto:analole@gmail.com)
6. Ariadne Rodrigues. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Doutoranda em Serviço Social. E-mail. [ariadnerodrigues\\_contato@yahoo.com.br](mailto:ariadnerodrigues_contato@yahoo.com.br)
7. Mariana Cavalcanti Braz Berger. Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Políticas Públicas. E-mail. [mariana.braz@ufma.br](mailto:mariana.braz@ufma.br)
8. Zaira Sabry Azar. Universidade Federal do Maranhão. Doutora em Políticas Públicas. E-mail. [zaira.sabry@ufma.br](mailto:zaira.sabry@ufma.br)

### RESUMO

O debate acerca dos fundamentos do Serviço Social tem concentrado inúmeras produções e reflexões coletivas, as quais majoritariamente se conectam pela preocupação em afirmar e desvelar as particularidades e insígnias do vínculo orgânico entre serviço e história. Tal desvelo exige a compreensão dos antagonismos, contingências e necessidades que atravessam as elaborações profissionais do Serviço Social – no contexto da sua organização política, do trabalho e da formação – referenciadas numa perspectiva teórica crítica, radicalmente depuradora das contradições do real e ética e politicamente implicada nos princípios e nas lutas

emancipatórias da classe trabalhadora. Nesse percurso, a filosofia da práxis ganha centralidade e se consolida como elemento articulador da interlocução do Serviço Social com as Ciências Humanas e Sociais, contribuindo exponencialmente para o fortalecimento de uma cultura profissional crítica, bem como com a processualidade teórica e política de formação da cultura dos intelectuais brasileiros. Enquanto uma filosofia não esquematizada, como nos ensina Gramsci no Q11, mas a “própria história, em sua infinita variedade e multiplicidade”, a filosofia da práxis é muito mais do que um recurso qualificador do marxismo; esta se assinala enquanto uma filologia vivente, que necessita “depurar-se dos elementos intelectualistas de natureza individual” para se “transformar em ‘vida’”. Imbuídos por essa compreensão e, ciente das implicações teóricas e políticas que esta assinala, buscamos analisar quais os elementos que atravessam e particularizam a apropriação do marxismo pelo Serviço Social, demarcando sua importância na construção conceitual dos fundamentos da profissão e, de modo mais especial, da importância e reverberação do pensamento de Antônio Gramsci no processo de formação acadêmico profissional. Assim, nessa Mesa Temática Coordenada apresentamos quatro artigos, assim denominados: Por uma filosofia superior das classes subalternas: o “devir histórico” da filosofia da práxis; Filosofia da práxis e Serviço Social: pequenas reflexões sobre o ético-político no pensamento de Antônio Gramsci; Ideologia, Filosofia da Práxis e Subalternos: a influência do pensamento gramsciano no III Congresso Brasileiro de assistentes sociais; Formação Acadêmico Profissional Crítica: a experiência do curso de Serviço Social da UFMA articulada à dinâmica nacional.

**Palavras-chave:** Filosofia da práxis. Gramsci. Serviço Social.

## ABSTRACT

The debate about the foundations of Social Work has concentrated numerous productions and collective reflections, which are mostly connected by the concern to affirm and unveil the particularities and insignia of the organic link between service and history. Such concern requires understanding the antagonisms, contingencies and needs that cross the professional elaborations of Social Work - in the context of its political organization, work and training - referenced in a critical theoretical perspective, radically purifying the contradictions of the real and ethically and politically involved in the principles and emancipatory struggles of the working class. In this path, the philosophy of praxis gains centrality and consolidates itself as an articulating element of the dialogue between Social Work and the Human and Social Sciences, exponentially contributing to the strengthening of a critical professional culture, as well as to the theoretical and political process of forming culture of Brazilian intellectuals. While not a schematized philosophy, as Gramsci teaches us in Q11, but “history itself, in its infinite variety and multiplicity”, the philosophy of praxis is much more than a qualifying resource of Marxism; this marks itself as a living philology, which needs to “debug itself from intellectualist elements of an individual nature” to “transform itself into ‘life’”. Imbued with this understanding and aware of the theoretical and political implications that this implies, we seek to analyze which elements cross and particularize the appropriation of Marxism by Social Work, demarcating its importance in the conceptual construction of the foundations of the profession and, more specifically, of the importance and reverberation of Antônio

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22  
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Gramsci's thought in the professional academic training process. Thus, in this Coordinated Thematic Panel we present four articles, named: For a superior philosophy of the subordinate classes: the "historical development" of the philosophy of praxis; Philosophy of praxis and Social Work: small reflections on the ethical-political in Antônio Gramsci's thought; Ideology, Philosophy of Praxis and Subalterns: the influence of Gramscian thought in the III Brazilian Congress of Social Workers; Critical Professional Academic Training: the experience of the Social Service course at UFMA articulated with the national dynamics.

Key words: Philosophy of praxis. Gramsci. Social Work.

PROMOÇÃO



APOIO



## POR UMA FILOSOFIA SUPERIOR DAS CLASSES SUBALTERNAS: o “devir histórico” da filosofia da práxis

Ivete Simionatto<sup>1</sup>Mirele Hashimoto Siqueira<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo aborda a concepção gramsciana de filosofia da práxis e sua relação com as classes e grupos subalternos. Trata-se de pesquisa teórica sobre a obra de Antonio Gramsci, com destaque para os *Cadernos 11 e 25*. Embora o tema perpassa o conjunto dos *Cadernos*, é nestes que o autor apresenta com maior desenvolvimento sua original concepção do marxismo como filosofia da práxis, afirma a relação entre filosofia, história e política, não somente como um método a ser aplicado, mas como uma “metodologia histórica”, imprescindível à elevação filosófico-cultural dos grupos subalternos, a fim de se tornarem realmente autônomos na luta para a construção de uma nova hegemonia.

**Palavras-chave:** Filosofia da práxis, classes e grupos subalternos, hegemonia.

### ABSTRACT

The article approach the Gramscian conception of the philosophy of praxis and its relationship with groups and subaltern classes. This is a theoretical research in the work of Antonio Gramsci with emphasis on *Notebooks 11 and 25*. Although the theme permeates the set of *Notebooks*, it's in these notebooks that the author presents with greater development his original conception of marxism as a philosophy of praxis; affirms the relationship between philosophy, history and politics, not only as a method to be applied, but as a "historical methodology", essential to the philosophical-cultural elevation of the subaltern groups in order to become truly autonomous in the struggle for the construction of a new hegemony.

**Key words:** Philosophy of praxis, subaltern classes and groups, hegemony.

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – ivetesimionatto57@gmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – mirelehashimoto@hotmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

Se a política é o tema central desenvolvido por Gramsci ao longo dos *Cadernos do cárcere*, sua reflexão filosófica não é menos importante. A relação entre “filosofia e política” é o empreendimento que obteve especial atenção por parte do pensador italiano na busca de refundação do marxismo e sua libertação das vulgarizações positivistas e mecanicistas, fortemente difundidas no debate italiano entre os séculos XIX e XX.

Retornando a Marx, especialmente às *Teses sobre Feuerbach* e ao *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política*, de 1859, Gramsci elabora sua definição do marxismo, traduzido como filosofia da práxis. Buscando se distanciar da ortodoxia dogmática, especialmente apregoada pela Segunda Internacional, Gramsci constrói uma inovadora concepção do marxismo, uma “concepção historicista da realidade” em seus nexos entre passado e presente, estrutura e superestrutura, pensamento e ação. Uma filosofia que, “mesmo sendo um momento do desenvolvimento histórico mundial”, expressa “a afirmação da independência e originalidade de uma nova cultura em preparação, que se desenvolverá com o desenvolvimento das relações sociais (GRAMSCI, 1977, Q16, §9, p. 1862-1863; CC, 2001, p.39)<sup>3</sup>.

No pensamento gramsciano, a filosofia da práxis, alicerçada na estreita relação entre filosofia, história e política, não é tão somente um método a ser aplicado, mas uma filosofia, uma concepção de realidade, uma “metodologia histórica”, ou seja, “uma concepção de mundo”. E é justamente a constituição de uma visão de mundo global e coerente que fornece as condições para a construção de uma nova hegemonia – aí está o devir histórico de que é portadora!

O conhecimento crítico é, portanto, imprescindível à elevação filosófico-cultural dos grupos subalternos, a fim de se tornem realmente autônomos e hegemônicos, capazes de elaborar conceitos mais universais, transformados em “decisivas armas ideológicas”

<sup>3</sup> A indicação Q refere-se aos *Quaderni del carcere* – edição crítica de Gerratana e CC à edição brasileira organizada por Coutinho, Henriques e Nogueira.

necessárias para “construir uma nova ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 1977, Q11, § 70, 1508-1509; CC, 1999, p.225).

Nessa perspectiva, buscamos, neste ensaio, evidenciar a relação entre **filosofia da práxis e classes subalternas**, tendo como referência os *Cadernos 11 e 25 – Cadernos monográficos ou especiais* – por evidenciarem a compreensão revolucionária da filosofia da práxis e o substrato teórico-político em favor da superação da condição subalterna a que estão submetidas as massas populares.

## 2 FILOSOFIA DA PRÁXIS: A UNIDADE “FILOSOFIA-POLÍTICA-ECONOMIA”

Ainda que Gramsci, no decorrer dos *Cadernos do Cárcere*, tenha gradativamente se utilizado da expressão “filosofia da práxis” em substituição a “materialismo histórico” e “marxismo”, isso não significa que o termo é empregado para burlar a censura fascista do cárcere, pois é evidente que o marxista italiano utiliza a expressão em sentido totalmente inovador. Afinal, em sua perspectiva, a filosofia da práxis contém “[...] todos os elementos fundamentais para construir uma total e integral concepção de mundo [...] para fazer viva uma integral organização prática de sociedade” (GRAMSCI, 1977, Q 11 § 27 p. 1434; CC, 1999, p.152).

Especialmente nos *Cadernos 10 e 11*, Gramsci aprofunda sua leitura a respeito da filosofia da práxis, considerando Marx, Engels e Lênin como seus verdadeiros fundadores. Com este conceito, procura conferir novos desdobramentos à filosofia marxista, submetida, na Itália, tanto ao *materialismo determinista*, cujas formulações são derivadas dos teóricos da Segunda Internacional, quanto ao *idealismo*, em que autores como Benedetto Croce e Giovanni Gentile são seus principais representantes. Inspirado em Labriola e como ponto de ruptura com estas tradições, Gramsci busca (re)conduzir o marxismo ao seu desenho original e, mediante o “[...] resgate do pensamento originário de Marx; [...] procura destacar a especificidade, a originalidade e a maior consistência da filosofia da práxis em relação às outras filosofias” (SEMERARO, 2005, p. 30).

Mas, afinal, como Gramsci será capaz de realizar esta ortodoxia? Como se põe na defesa da filosofia da práxis? Combatendo veementemente a “corrupção” do marxismo no *Caderno 11*, escrito entre 1932 e 1933 – intitulado *Introdução ao estudo da filosofia* –, o marxista italiano se contrapõe às teses contidas no *Manual popular de sociologia marxista*, de Nikolai Bukharin. Para ele, a interpretação do marxismo de Bukharin não passava de um “[...] aristotelismo positivista, uma adaptação da lógica formal aos métodos das ciências físicas e naturais [...]”, uma visão que transformava o marxismo em uma “[...] sociologia do materialismo metafísico [...]” (GRAMSCI, 1977, Q 11 § 14 p. 1402-03; CC, 1999, p. 120). Adaptando o marxismo a esta “abordagem”, o *Manual* de Bukharin, propagado como *popular*, era, na verdade, uma vulgarização do marxismo, dado que era incapaz de oferecer uma teoria superior e de elevar as massas populares do estado de subalternidade a que se encontravam (DAINOTTO, 2017).

Gramsci contesta esta visão, afirmando que “o marxismo não é uma ciência das regularidades históricas”, mas antes das contradições, e a filosofia da práxis tem como propósito superar tais contradições através de um processo revolucionário. Afinal, ela tem uma ligação com a realidade, fundamentando-se em uma historicização absoluta (SIMIONATTO, 2023).

Nessa perspectiva, no *Caderno 11*, especialmente a partir do § 12, Gramsci define, em termos gerais, sua concepção de filosofia, destacando o valor da filosofia da práxis em relação às demais. Ao contrário das interpretações correntes de que a filosofia é algo reservado a “[...] cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos”, para ele **“todos os homens são ‘filósofos’**” (1977, Q 11 § 12 p.1375; CC, 1999, p. 93, grifo nosso). Isto porque todos possuem e compartilham de uma visão do mundo que está contida na linguagem, no senso comum, no bom senso, na religião, no folclore. Não existe, portanto, uma filosofia em geral: existem várias filosofias ou concepções de mundo e se faz sempre uma escolha entre elas. A real concepção de mundo não é somente aquela afirmada como um fato intelectual, mas também a que resulta da atividade dos homens, que está implícita no seu operar, e este, por sua vez, implica – ainda que inconscientemente – numa opção política (COUTINHO, 1999). É por esta razão “[...] que

não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, **fatos políticos**" (GRAMSCI, 1977, Q11 § 12 p.1379; CC, 1999, p. 97, grifo nosso).

Para Gramsci (1977, Q, 11, § 12, p. 1376; CC, 1999, p.94), desse modo, “pela própria concepção de mundo” de que somos portadores, “pertencemos sempre a um determinado grupo” e este, por sua vez, compartilha e (re)produz modos de agir e de pensar. Tendo esta referência como pressuposto, é imperioso indagar-se: *é preferível que se compartilhe de uma concepção de mundo imposta e, portanto, desagregada e ocasional, ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo e participar ativamente da história?* (GRAMSCI, 1977).

Certamente, é preferível que se elabore a própria concepção de mundo. Esta nova elaboração, não obstante, pressupõe e perpassa a crítica à concepção de mundo ou filosofia espontânea de que se é portador, visto que, para torná-la coerente e unificada, é necessário “conhecer a ti mesmo” – realizar não descobertas geniais, mas socializar as verdades já descobertas, ou seja, questionar a filosofia espontânea, aquela que é herdada do passado, acolhida sem crítica e vivenciada como profissão de fé (GRAMSCI, 1977).

Elaborar a própria concepção de mundo significa criticar a filosofia espontânea emprestada de outro grupo social, isto é, questionar a filosofia vivida que não é a sua, por isso submissa e subordinada. Embora vivenciada como profissão de fé, a filosofia espontânea deve ser colocada como **objeto de análise**. Para Gramsci, a religião popular e o senso comum são exemplos de filosofias espontâneas, desagregadas e ocasionais, já que cumprem a função ideológica de manter os simples na condição de subalternos. A filosofia da práxis é precisamente uma filosofia superior, porque possui a tarefa de fazer com que os simples saiam dessa condição, entrando, nesse sentido, em contraponto com a religião popular e o senso comum: **nasce, portanto, como crítica ao senso comum**, colocando-se como uma nova concepção de mundo mais abrangente, coerente e integral (GRAMSCI, 1977).

Pode-se observar como o elemento determinista, fatalista, mecânico, tenha sido um “aroma” ideológico imediato da filosofia da práxis [...] tornada necessária e

justificada historicamente pelo caráter “subalterno” de determinados estratos sociais. [...] Mas, quando o “subalterno” se torna dirigente e responsável pela atividade econômica de massa, o mecanicismo revela-se num certo ponto como um perigo iminente; opera-se, então, uma revisão de todo o modo de pensar, já que ocorreu uma modificação no modo social de ser. Os limites e o domínio da “força das coisas” se restringiram. Por quê? Porque, no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não o é mais: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que era “resistente” a uma vontade estranha, hoje sente-se responsável, já que não é mais resistente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor (GRAMSCI, 1977, Q 11 § 12 p. 1388; CC, 1999, p. 106).

Assim, Gramsci conceitua a filosofia da práxis como visão de mundo superior, uma inovação fundamental “[...] na ciência da política e da história”, uma “metodologia histórica” para pensar a realidade vivente e poder transformá-la. O objetivo é buscar sua socialização junto às classes subalternas, dotando-as de capacidade teórica para apreender, explicar e criticar o ponto de vista da classe dominante e emergir como nova força hegemônica. Uma filosofia voltada à “[...] superação da maneira de pensar precedente” e, “[...] antes de tudo, como crítica do ‘senso comum’ [...] **não para introduzir *ex novo* [...], mas inovar e tornar-se ‘crítica’ uma atividade já existente**”, elaborando com as massas “uma concepção de vida superior” (GRAMSCI, 1977, Q 11 § 12 p.1383; CC, 1999, p. 101, grifo nosso).

Para Gramsci (1977, Q 1, § 65 p. 76), o senso comum é uma concepção de mundo dos grupos sociais. No entanto, se por um lado ele representa um “conglomerado” de concepções fragmentárias e desagregadas, porque é produto de concepções filosóficas pretéritas, de “[...] condições de vida passada [...] conservadoras e irracionais”, apresenta-se, por outro, como um modo de pensar não “enrijecido” e “imóvel”, que está aberto a transformações e enriquecimentos contínuos. O senso comum pode ser entendido, nessa perspectiva, como uma filosofia, mesmo incipiente e fragmentária, visto que opina sobre o mundo, formula juízos de valor, os quais, tomados em conjunto, apresentam uma certa organização intelectual e moral da experiência individual e coletiva.

A preocupação de Gramsci em partir da filosofia primitiva do senso comum é de buscar a superação histórica entre **teoria e prática**, entre **atividade intelectual e manual**, entre o **pensar e o fazer**. A filosofia da práxis é a concepção de mundo que permite realizar esta unidade, porque se fundamenta na capacidade de colocar o agir das classes e grupos

subalternos de acordo com o seu pensar, evidenciando o dever histórico de que são portadores. A filosofia da práxis é, por isso, uma **teoria que serve de base para uma determinação prática**, visto que organiza “[...] o elemento prático, indispensável para que esta teoria seja colocada em ação” (GRAMSCI, 1977, Q 15 § 22 p. 1780; CC, 1999, p. 260). Para Gramsci, ela só adquire sentido na medida em que se deve fazer realidade efetiva, permitindo aos homens “[...] criticar a própria concepção de mundo”, tornando-a “unitária e coerente” e elevando-a “[...] até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído”. Afinal, quando nossa “[...] concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de ‘homens-massa’ ou ‘homens coletivos’” (GRAMSCI, 1977, Q 11 § 12 p.1376; CC, 1999, p. 94).

Ademais, mudar o panorama ideológico de uma época e forjar a elaboração de uma concepção de mundo crítica e consciente requer “[...] a contribuição criadora dos grupos superiores” na discussão e no “desenvolvimento de novos conceitos críticos por parte das camadas intelectualmente subordinadas” (GRAMSCI, 1977, Q 11 § 12 p. 1393; CC, 1999, p. 111), a partir de uma nova filosofia independente e original, ou seja, a filosofia da práxis. Para Gramsci (1977, Q 11 § 12 p. 1397-1398; CC, 1999, p. 116), o “ponto de partida deve ser sempre o senso comum, que é espontaneamente a filosofia das multidões, as quais tratam de tornarem-se ideologicamente homogêneas”, pois quando “[...] um elemento da massa supera criticamente o senso comum, ele aceita, por este mesmo fato, uma filosofia nova”.

A crítica ao senso comum através da filosofia da práxis significa, para Gramsci, dar homogeneidade aos elementos presentes em seu interior, isto é, ao caleidoscópio que mescla “elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista” (CORTÉS, 2022, p. 320). O senso comum não deve ser negado pela filosofia da práxis, antes é seu ponto de partida; por isso deve ser desenvolvido, visando a dar homogeneidade a sua complexa tessitura, transformá-lo em “atividade potencialmente crítica” e buscar sua superação. O senso comum porta, assim, elementos do presente, do passado e mesmo do futuro, haja vista que as tendências à contestação da ordem por

parte dos grupos subalternos estão presentes, embora convivendo com as atividades vinculadas à sua passividade, possuindo, em certa medida, um “bom senso” – o “núcleo sadio” do senso comum (CORTÉS, 2022).

Importa, contudo, ressaltar que, em Gramsci, o senso comum não permeia somente a visão de mundo das camadas populares. Enquanto “ambiente cultural”, como “cultura política”, encontra-se presente nos demais grupos e camadas de classe. Entendido como linguagem ou como ideologia,

[...] pode ser identificado em diferentes níveis sócio-culturais, perdendo o significado de simples ‘mentalidade popular’. Todo estrato social tem seu ‘senso comum’ e seu ‘bom senso’, que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Estamos sempre imersos em alguma forma de senso comum, que contribuímos constantemente para modificar (FROSINI, 2003, p. 174).

O senso comum das classes dominantes, no entanto, **atua como força ideológica**, desmobilizadora das iniciativas críticas advindas das camadas e grupos subalternizados. Por isso, é tão necessária às classes e grupos subalternos a transformação de seu senso comum em “bom senso”, que, por sua vez, só pode ocorrer através da filosofia da práxis. Esta possibilita problematizá-lo e reconstruí-lo por meio de uma concepção de mundo mais coerente. E isso não ocorre através de uma educação “verbal e livresca”, mas no contexto da efetiva luta política (SIMIONATTO, 1995, 2023) “[...] intimamente fundida com um programa político e com uma concepção da história que o povo reconheça como expressão das suas necessidades vitais” (GRAMSCI, 1977, Q 10 § 41 p.1295; CC, 1999, p. 365). Este é, pois, o caminho para a construção da hegemonia, já que “[...] a hegemonia realizada [...] significa a crítica real de uma filosofia, a sua real dialética” (GRAMSCI, 1977, Q 7 § 33 p. 882).

Vê-se, assim, que Gramsci reivindica o legado de Marx no que diz respeito à filosofia da práxis: **reitera a unidade entre o pensar e o agir**, haja vista que a filosofia não pode estar dissociada da realidade, senão às custas de uma intensa fragmentação. Ao chamar a atenção para a política como terreno a partir do qual as massas populares podem elevar e transformar o senso comum – ponto de partida do trabalho político-filosófico (CORTÉS,

2022) –, Gramsci entende a **filosofia, economia e política** como uma ligação inseparável. Isso faz com que

[...] a filosofia não se dissolva na abstração ou no intimismo, a política não se torne um cego agir imediatista e pontual, a economia não seja vista como um poder separado, uma fatalidade incontrolável que incumbe sobre os destinos do mundo. Tanto a filosofia quanto a política e a economia, entrelaçadas, para Gramsci formam indivíduos conscientes de sua subjetividade social, fincados no terreno concreto da história e das suas contradições de vida com as Quais precisa aprender a interagir para compreender seus mecanismos de poder e se organizar para operar transformações (SEMERARO, 2005, p. 31).

A filosofia da práxis representa, portanto, a unidade entre pensamento e ação, que adquire sentido na história e na construção de uma nova hegemonia por parte dos grupos subalternos. Por ser instrumento para o exercício da hegemonia, contribui para realizar a passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade, constituindo-se como “devir histórico” – este, não enquanto dado mecânico, mas como real significado de uma filosofia que só existe na medida em que se torna política.

### 3 PROTAGONIZANDO AS “MARGENS DA HISTÓRIA”: FILOSOFIA DA PRÁXIS E CLASSES SUBALTERNAS

Os elementos apresentados acima permitem asseverar que a filosofia da práxis guarda relação estreita com as classes e grupos subalternos, uma vez que a concepção de mundo abrangente e integral a ser elaborada é condição para a compreensão crítica da realidade em que estão inseridos e as possibilidades de sua transformação. A filosofia é compreendida, desse modo, como “[...] **elevação cultural para uma concepção historicista, com a finalidade da autonomia dos subalternos**” (DE MARI, 2023, p. 73, grifo nosso).

Pelo fato de Gramsci não dissociar filosofia e política, também as lutas das classes subalternas se encontram intimamente vinculadas ao pensar filosófico que se destina à superação das contradições das classes fundamentais: a filosofia da práxis se constitui, na verdade, como a filosofia da vida e da existência dos subalternos (DE MARI, 2023).

Nesse sentido, Gramsci prioriza e atribui centralidade ao processo de formação da subjetividade dos subalternos, entendendo que esta não deriva de maneira automática da inserção das classes sociais no processo produtivo – como se pela posição que se ocupa no processo de produção da riqueza material também houvesse uma correspondência *a priori* do projeto político a que se vincula (SEMERARO, 2005).

Refutando todo tipo de determinismo e economicismo, Gramsci valoriza a formação da subjetividade a partir da construção da hegemonia, que, por sua vez, está articulada a um intenso trabalho político-cultural dos intelectuais. Afinal, entende que ao lado da riqueza material também se produz uma riqueza teórica. Cabe, portanto, fazer com que a riqueza teórica das classes subalternas se organize de modo a superar a fragmentação e a visão de mundo parcial, contribuindo para que haja uma correspondência entre plano material e autorrepresentação dos subalternos (SEMERARO, 2005).

Nessa perspectiva, cabe a indagação: *por que a construção de uma concepção de mundo integral e coerente, ou melhor, a filosofia da práxis, demanda um intenso trabalho político-cultural junto às classes e grupos subalternos? Quais são suas características?*

Especialmente no *Caderno 25*, Gramsci fornece importantes elementos no tocante às classes subalternas, caracterizando tanto a história dos grupos subalternos e propondo uma metodologia histórica para o seu estudo, quanto indicando uma estratégia política de transformação revolucionária (GREEN, 2002).

Assim, na abertura do *Caderno 25*, o § 1, intitulado  *Davide Lazzaretti*, Gramsci trata da figura histórica desse líder popular religioso do período pós-*Risorgimento*, que se tornou eremita após ter visões religiosas. Ao fundar uma seita popular e atuar na região do Monte Amiata, chamou a atenção do Estado italiano e da Igreja Católica, por se pronunciar em defesa da República, sendo assassinado pelo exército régio, em 1878, por representar uma “ameaça” (GRAMSCI, 1977).

*Por Que Gramsci escolhe abrir o Caderno 25 retomando o episódio de Lazzaretti? Qual é a relação com as classes e grupos subalternos?* Esta resposta pode ser encontrada ao longo da exposição da primeira nota, quando, ao mostrar a literatura italiana existente sobre o *lazzarettismo*, Gramsci põe em relevo as revoltas populares, optando por valorizar

a história contada a partir de uma nova perspectiva: a perspectiva das classes subalternas (SIQUEIRA, 2021).

Considerando que a maior parte da literatura italiana busca, no lugar de destacar o episódio de Lazzaretti, **patologizar, barbarizar e folclorizar os movimentos populares**, reduzindo o protagonismo das classes subalternas, Gramsci, ao contrário, valoriza a história dos subalternos e quaisquer traços de iniciativa autônoma, ressaltando o caráter político do acontecimento (SIQUEIRA, 2021). Para ele,

[...] em vez de estudar as origens de um acontecimento coletivo, e as razões de sua difusão, de seu ser coletivo, isolava-se o protagonista e só se fazia sua biografia patológica, muito frequentemente partindo de motivos não comprovados ou passíveis de interpretação diferente [...] até agora o drama de Lazzaretti foi visto apenas do ponto de vista do impressionismo literário, embora merecesse uma análise político-histórica (GRAMSCI, 1977, Q 25 § 1 p. 2279-2282; CC, 2002, p. 131-134).

Priorizar a história das classes e grupos subalternos, para Gramsci, não se constitui somente em registrar os eventos históricos, documentando cronologicamente os episódios ocorridos, mas desvelar e mostrar as implicações políticas, culturais, econômicas e sociais dos desenvolvimentos da história humana, isto é, revelar sua complexidade, suas tendências e contradições (GREEN, 2002).

Por isso, ressalta a necessidade de as classes subalternas realizarem sua história de modo integral, não podendo esta permanecer sendo narrada por outros. Uma vez que sua história é desagregada e episódica, as classes subalternas sempre sofrem a influência da classe dominante, mesmo quando se insurgem e se rebelam esporadicamente; quer dizer, sendo a **desagregação** uma das características marcantes de sua história, as classes e grupos subalternos não se constituem um conjunto homogêneo, mas formam um “todo” composto por partes bastante desconexas entre si e com diferentes níveis de subalternidade, o que as estimula a permanecer em um constante estado de passividade e espontaneidade. Por isso, quando no Q 3 § 48, em uma nota intitulada *Passato e presente. Spontaneità e direzione consapevole*, Gramsci (1977) argumenta que os subalternos são até capazes de sentir e de compreender seu estado de exploração, promovendo, nestes casos, revoltas e rebeliões, estas não conseguem ultrapassar, por si

só, os limites de uma revolta espontânea, dado que precisam ser combinadas com uma direção consciente. Isso não significa, no entanto, que a característica da espontaneidade destes grupos deva ser ignorada, mas precisa ser dirigida e guiada (BUTTIGIEG, 2017).

Mesmo quando os grupos subalternos parecem vitoriosos, “[...] **estão apenas em estado de defesa, sob alerta [...]**” (GRAMSCI, 1977, Q 25 § 2 p. 2283-2284; CC, 2002, p. 135, grifo nosso), sendo que, para conseguirem se unificar e dar coesão a seus interesses e projetos, despidendo-se da influência das classes dominantes, necessitam travar uma “vitória permanente”: somente ela é capaz de romper com a subordinação. Isso porque a hegemonia exercida por parte da classe dominante faz com que os grupos sociais subalternos continuem em seu estado de passividade e desagregação. A capacidade da classe dominante de desmobilizar e impor uma determinada concepção de mundo às classes subalternas que não é a sua, torna possível tecer os fios da hegemonia, que, por sua vez, sustenta o projeto político da classe dominante.

Ademais, a hegemonia, a capacidade de tornar universal os interesses particulares a partir da conquista do consenso ativo e passivo, é o que garante que as classes e grupos subalternos se mantenham **episódicos na história** e que a tendência à sua unificação se afirme em termos muito **provisórios** (GRAMSCI, 1977).

Nessa perspectiva, a vitória permanente das classes e grupos subalternos só será possível na medida em que forem capazes de “**tornarem-se Estado**”. Gramsci, no § 5 do Q 25, intitulado *Crêterios de método*, indica que a história dos Estados e dos grupos de Estados é sempre a história das classes dirigentes unificadas historicamente. Portanto, as classes subalternas, enquanto não estiverem unificadas no Estado, se constituem apenas numa “[...] **função ‘desagregada’ e descontínua da história da sociedade civil [...]**” (GRAMSCI, 1977, Q 25 § 5, p. 2288; CC, 2002, p. 139-140, grifo nosso).

Se a história da sociedade civil é, hoje, a história dos grupos dominantes, também pode ser, amanhã, **a história dos grupos subalternos**, pois “a aquisição de uma posição hegemônica na sociedade civil é, ao final, mais importante para as classes dominantes do que a aquisição do controle sobre o aparato político-jurídico governativo” (BUTTIGIEG, 1999, p. 37). Afinal, Gramsci conseguiu compreender corretamente as relações dialéticas

entre estrutura e superestrutura e indicou que a construção de uma nova sociedade deve se iniciar pela elaboração de uma ampla frente ideológica, dado que a classe dominante permanece nessa condição porque, além do controle dos aparelhos coercitivos do Estado, domina a robusta sociedade civil, isto é, o “conjunto de fortalezas e casamatas”, que forma a opinião pública e conquista o consenso, veiculado por intermédio dos aparelhos privados de hegemonia. Neste ínterim, as classes e grupos subalternos necessitam travar uma “guerra de posição” em favor de uma nova hegemonia, uma mudança cultural nas concepções de mundo, que deve se difundir entre todos os estratos e instituições. Certamente, esta é uma luta bastante complexa e ocorrerá por meio de um processo duradouro, já que a tendência é sempre a de segregar e dissipar as iniciativas dos grupos subalternos.

O desafio para a conquista da autonomia integral e a unificação das classes e grupos subalternos em termos estatais é duplo e implica, segundo Gramsci: a) possuir autonomia em relação às classes e grupos a combater, ou seja, ser dominante em relação às classes e grupos adversários e; b) obter o consenso de outras classes e grupos existentes, quer dizer, ser dirigente das classes e grupos aliados. Com isso, Gramsci certamente declara seu interesse em estudar as classes e grupos sociais subalternos, tendo em vista buscar respostas para como pôr fim à subalternidade, o que requer a construção de uma nova visão de mundo das classes subalternas, tornando-as protagonistas de sua própria história e de suas próprias “margens”: a filosofia da práxis é a teoria e a prática das classes subalternas em direção à superação de todo modo de vida primitivo e de uma história vivenciada que não é a sua. Em síntese, representa a “[...] **consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir**” (GRAMSCI, 1977, Q 10 § 41 p. 1319; CC, 1999, p. 388, grifo nosso).

## 4 CONCLUSÃO

Recorrer à fonte direta do pensamento gramsciano – os *Cadernos do Cárcere* – e, aqui, em particular, aos *Cadernos 11* e *25*, nos permitiu compreender a concepção de

filosofia da práxis e a inovadora relação que o marxista italiano estabelece com as classes e grupos subalternos. Derivam daqui pelo menos duas lições importantes: 1) O marxismo de Gramsci, traduzido como filosofia da práxis, funda-se numa perspectiva antideterminista e antieconomista, um método voltado a ler a realidade em toda a sua complexidade, para transformá-la, sem jamais separar economia e política, cultura e necessidades sociais; 2) A filosofia da práxis é um projeto de elevação cultural das massas e objetiva conduzir o homem simples a uma concepção de vida superior.

Em relação ao Serviço Social, as reflexões de Gramsci, especialmente, “no plano do método” e de seu rico instrumental de análise, oferecem possibilidades inovadoras na apreensão da realidade social e das diversas expressões da “questão social”, o que exige um “rigoroso trato teórico, histórico e metodológico”. Aprofundar e aperfeiçoar o conhecimento dessa realidade, as contradições materiais da vida prática das classes subalternas, suas condições objetivas e subjetivas, suas necessidades históricas, seu modo de pensar e as formas de resistência forjadas em seu cotidiano no enfrentamento à hegemonia capitalista contemporânea, só poderá ocorrer através da filosofia da práxis, ou seja, do marxismo.

## REFERÊNCIAS

BUTTIGIEG, Joseph. Subalterno/subalternos. LIGUORI, Guido; VOZA, PasQuale. **Dicionário gramsciano**. Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia de Bernardinis; Revisão técnica de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 1475-1480.

BUTTIGIEG, Joseph. Sulla categoria gramsciana di “subalterno”. BARATTA, Giorgio; LIGUORI, Guido (Org.). **Gramsci da un secolo all’altro**. Roma: Editori Riuniti, 1999, p. 27-38

CORTÉS, Martín. Senso comum e política em Antonio Gramsci: para uma crítica ao espontaneísmo. DEL ROIO, Marcos; GALASTRI, Leandro (Org.). **Gramsci e a verdade efetiva das coisas**. São Paulo: Expressão Popular, 2022, p. 319-334.

COUTINHO, Carlos. Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

DAINOTTO, Roberto. Filosofia da práxis. In: LIGUORI, Guido; PASQUALE, Voza (Orgs.). **Dicionário gramsciano (1926-1937)**. Tradução de Ana Maria Chiarini, Diego Silveira Coelho Ferreira, Leandro de Oliveira Galastri e Silvia De Bernardinis; Revisão técnica Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 300-303.

DE MARI, César Luiz. **10 lições sobre Gramsci**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

FROSINI, Fabio. **Gramsci e la filosofia**. Roma: Carocci, 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Edição e tradução de Luiz Sérgio Henriques; co-edição de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, v. 5, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del carcere**. Edição crítica de Valentino Gerratana. Torino: Einaudi Editore, 1977.

GREEN, Marcus. Gramsci cannot speak: presentations and interpretations of Gramsci's concept of the subaltern. **Rethinking Marxism**. v. 14, nº 3, 2002, p. 1-24.

SEMERARO, Giovanni. Filosofia da práxis e (neo)pragmatismo. In: **Revista Brasileira de Educação**, nº 29, mai./ago., 2005, p. 28-40.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, influência no Brasil, incidência no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMIONATTO, Ivete. La filosofía de la praxis como "filosofía viviente": fundamentos para el Trabajo Social. ARRIAGADA, L. A. V. **Gramsci y la filosofía de la praxis**. Aportes para un proyecto ético político. Buenos Aires: CLACSO; Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2023. Libro digital, PDF.

SIQUEIRA, Mirele Hashimoto. Como estudar o *Quaderno 25*? Notas propositivas para uma metodologia de pesquisa sobre as classes e grupos subalternos em Antonio Gramsci. **Revista Libertas**, v. 21, 2021, p. 52-70.

## FILOSOFIA DA PRÁXIS E SERVIÇO SOCIAL: pequenas reflexões sobre o ético-político no pensamento de Antônio Gramsci

Ana Livia Adriano<sup>4</sup>

### RESUMO

No conjunto das elaborações coletivas tecidas pelo serviço social, nas últimas quatro décadas, nomeadamente aquelas que operam na confluência da ruptura com o pensamento conservador, o projeto profissional se apresenta como síntese e expoente. Nesse percurso, a filosofia da práxis é referenciada como um dos elementos que caucionam a articulação orgânica do serviço social com a história, formatando-se como um dos componentes centrais na compreensão dos fundamentos da profissão, da sua processualidade histórica, articulação com as lutas sociais e análise da sociedade burguesa, cujo determinantes basilares intensifica a necessidade de reafirmação dos que caucionam a filosofia da práxis, tendo na recusa e crítica ao conservadorismo sua bússola permanente. Nessa referencialidade, apontamos, neste trabalho, pequenos aspectos do ético-político, enquanto síntese histórica concreta, em que a superação do senso comum para uma concepção de vida superior exige o diálogo com os “simples”, suas formas de vida e luta.

**Palavras-chave:** Filosofia da Práxis; ético-político; serviço social

### ABSTRACT

In the set of collective elaborations woven by social work in the last four decades, namely those that operate at the confluence of the rupture with conservative thinking, the professional project presents itself as a synthesis and exponent. In this path, the philosophy of praxis is referenced as one of the elements that guarantee the organic articulation of social work with history, formatting itself as one of the central components in understanding the foundations of the profession, its historical process, articulation with social struggles and analysis of bourgeois society, whose basic determinants intensify the need for reaffirmation of those who support the philosophy of praxis, having their permanent compass in the refusal and criticism of conservatism. In this reference, we point out, in this work, small aspects of the ethical-political, as a concrete historical synthesis, in which overcoming common sense for a superior conception of life requires dialogue with the “simple people”, their ways of life and struggle.

**Keywords:** philosophy of praxis; ethical-political; Social Service

<sup>4</sup> Docente da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) E-mail: analiviass@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

Parece consensual entre os estudiosos do marxismo que, na tarefa consciente de reconstituir o pensamento de Marx, “de valorizá-lo por inteiro e de desdobrar dimensões implícitas e menos desenvolvidas, Gramsci aprofunda e estreita inseparavelmente o nexos entre *filosofia e política*” (SEMERARO:2000, p.38). Desse modo, a reflexão sobre a história, a cultura, a luta de classe (com especial recorte as lutas concretas dos trabalhadores) universaliza a política, abrindo-a aos horizontes da “grande política”, a qual nunca pode perder de vista que “a verdade é revolucionária” e que a “a política como mentira” é um lugar-comum que deve ser desmentido pelas novas práticas de um movimento operário, que sabe ser “impossível construir algo de duradouro sobre a falsificação ideológica” (idem:ibidem).

Inúmeros são os interlocutores com os quais Gramsci trava calorosos diálogos. Alguns destes aparecem, muitas vezes, alheios ao universo político- cultural de quem habita esse lado do mundo, dificultando, vez por outra, a apreensão do conteúdo e do universo em que deslinda suas formulações. De Maquiavel a Croce, de Dante a Guicciardini, de Marx a Lenin, de Loria a De Sanctis, de Vico a Labriola, Gentile e Sorel, encontram-se vigorosas interlocuções, as quais puderam fermentar estudos sob os mais variados temas numa Itália, cujas entranhas históricas, encontram-se as marcas do humanismo (impregnado, majoritariamente, dos preceitos cristãos), do positivismo (que dialoga sem pudores com o liberalismo) e o fascismo (um anti-sistema organicamente vinculado ao capital e a sua crise, um exemplo de revolução passiva). Com estes determinantes, os temas centrais da reflexão gramsciana não brotam ao acaso, mas se conectam nas entranhas do seu tempo e organizam-se em torno dos três elementos que, certa vez, Bianchi (2008) atribuiu como o seu laboratório– filosofia, política e história.

Sabemos que o termo marxismo carrega múltiplas e complexas tensões e muitos são os esforços teóricos e políticos para compreendê-lo e depurá-los na história. Num escrito político do L`Ordine Nuovo, de março de 1924, Gramsci analisa

que “a ditadura do proletariado é expansiva, não repressiva. Nela se verifica um contínuo movimento de baixo para cima, um contínuo intercâmbio através de todas as capilaridades sociais, uma contínua circulação de homens” (2004:240). Assim, esta se apresenta como um produto da cultura moderna, com uma grandiosa influência prática que coaduna na defesa de um método para interpretar o mundo e mudá-lo. O marxismo de Gramsci é, por sua vez, produto do marxismo de sua época e este foi atravessado por intensos movimentos de afirmação e negação, do qual nos debruçaremos brevemente sobre duas expressões deste processo: o revisionismo e o leninismo.

Com intencionalidades, fundamentos e condutos teórico-políticos distintos, ambos tem a teoria social de Marx como elemento em comum: seja para afirma-la na perspectiva da revolução, seja para retira-la de tal perspectiva, violentando os vínculos orgânicos e indispensáveis com a luta dos trabalhadores e, sob o mesmo processo, exaltando o positivismo e o economicismo – que de priscas eras circunda a cultura europeia e mundial – sob o argumento da renovação. O fato é que, como assinala Lenin, no segundo meio século de existência do marxismo (nos anos noventa do século XIX) começou “a luta contra a corrente hostil ao marxismo em seu próprio seio (...)os revisionistas se afundavam no pântano do envelhecimento filosófico da ciência, substituindo a ‘sutil’ (e revolucionária) dialética pela ‘simples’ (e pacífica) ‘evolução’” (LENIN,1908).

Arrebanhando esforços de muitos intelectuais europeus, com o grande protagonismo da socialdemocracia alemã – em destaque Bernstein- a influência deste movimento teórico e político é perceptível em alguns pensadores italianos e franceses, como Benedetto Croce e George Sorel. As pretensões neoidealistas do primeiro e o espontaneísmo do segundo, apresentam-se sempre como fontes de questões à Gramsci, seja nos escritos pré-carcerários, seja nos Cadernos.

A vulgarização do que atravessou a tradição marxista nas primeiras décadas do século XX exigia, na perspectiva gramsciana, um estudo sistemático e rigoroso, que não prescindisse da compreensão – como registrado no parágrafo 11 do Q10 – de

que “a filosofia da práxis, certamente, deriva da concepção imanentista da realidade, mas desta enquanto depurada de qualquer aroma especulativo e reduzida a pura história ou historicidade, ou a puro humanismo” (2004:304). Gramsci estava preocupado em apreender com rigorosidade teórica e uma espécie de justeza analítica o seu tempo e a cultura vigente – depurando as potencialidades, os excessos e equívocos dos seus interlocutores teóricos e práticos – referenciado no fundador da filosofia da práxis, ou como registra nos Cadernos, na “personalidade na qual a atividade teórica e a atividade prática são entrelaçadas indissolúvelmente, de um intelecto, portanto, em contínua criação e em perpétuo movimento” (Idem Q 4, § 1, p. 419). É preciso atrair violentamente a atenção para o presente e conhecer (em suas vicissitudes e potencialidades) as fronteiras da história, dos homens de carne e osso que constroem o mundo e nele se desumanizam (e lutam) pela exploração do seu trabalho; é preciso compreender o cotidiano como espaço de realização da política, *da história em ato*.

Com a mesma tenacidade que Gramsci interpretou Dante nos *Quaderni*, compreendendo que o desdém de Guido por Virgílio indicava “uma descontinuidade histórica” com relação ao mundo clássico, invocado na Divina Comédia (Q7, §68, p.155), também apreendeu a consciência da necessária tarefa de compreender o seu tempo e suas descontinuidades. Nessa intersecção entre as necessidades operativas de transformação do mundo e as condições objetivas para transformá-lo se deslinda o ético-político, enquanto uma síntese histórica, vinculada organicamente à luta de classe, aos embates hegemônicos e, de modo especial, aos modos de ser, existir e pensar dos trabalhadores.

Situado no âmbito da pesquisa “Serviço Social e *filosofia da práxis*: um debate sobre os fundamentos da profissão”, apresentaremos algumas premissas indispensáveis à apreensão da interlocução estabelecida pelo Serviço Social com a ontologia do ser social, tendo em vista que ela se expressa nos acúmulos da pesquisa dos fundamentos da profissão, acrescido a ênfase aos componentes de maior fecundidade inerentes à referida interlocução, entre os quais o acompanhamento

rigoroso da história, tecida pelas classes, que coloca-se como exigência teórica e prático-política indispensável à apreensão de suas incidências no Serviço Social e na configuração das respostas que elabora à própria história.

## 2. FILOSOFIA DA PRAXIS: uma *tradução* do marxismo?

Uma das questões nodais do marxismo ou de qualquer filosofia que estabeleça uma relação materialista com a imanência, que aponte como a radicalidade da história o homem como sujeito e artífice desta, remete-se à *tradutibilidade*. Traduzir ideias e constructos teórico-conceituais de autores que apresentam como substrato a crítica radical aos processos societários barbarizantes e as formas de consciência desumanizadora é uma tarefa literária e histórica, que consiste em não apenas traduzir a língua, mas traduzir linguagem; a racionalidade, para além das letras e vocábulos. Para Bakhtin, por exemplo, a literatura não opera com significados, mas com sentidos e este, por sua vez, extrapolam o esforço de decifrar de modo literal o que está refletido em outro idioma e/ou teoria, mas, se processa como ato histórico, expressão da força material das ideias.

Para Gramsci, o marxismo é uma visão de mundo organizada, coerente e independente, cujo movimento de autossuficiência denota na legitimação e necessidade de diálogo com o real, com outras tendências teóricas e políticas e, por conseguinte, na recusa a desqualificação das formas pensamento de divergentes e contraditórias, como o positivismo e liberalismo. Segundo o comunista sardo, o pensamento de Marx representa *a síntese mais avançada da história da filosofia e, num mesmo processo, uma forma superior da filosofia apreender a história*, de modo que traduzir Marx é uma tarefa histórica; implica uma coerência de forma e conteúdo; uma unidade entre a tradução linguística do texto do autor (coerente com o seu ambiente intelectual, seus interlocutores, tempo histórico e ritmo do pensamento), e as condições históricas e sociais que solicitam a vitalidade das ideias do autor. De modo mais específico, a questão da tradutibilidade na acepção gramsciana não está

dissociada da luta de classe, mas se associa profundamente as relações sociais (e suas contradições) e as exigências históricas que solicita o diálogo crítico e radical com os fundamentos que legitimam, caucionam ( e- de modo histórico, limitam) o marxismo enquanto “posição filosófica e movimento político” (Frosini, 2013).

Atribuindo ao materialismo a denominação de *filosofia da práxis*, nos Cadernos Gramsci arquiteta mais do que um artifício de linguagem para driblar a censura fascista; sua arguta análise produz recursos teóricos que o permitem afirmar a dialética a partir da *Weltanschauung*, isto é, da concepção de mundo que Marx elaborou e tem como sistematização fundamental a passagem da “ciência para a ação” (Gramsci, Q7,§33). Tais recursos apresentam-se, também, como estratégia para eliminar das suas reflexões a reprodução do determinismo ou do idealismo vigente na filosofia, na pesquisa histórica e nos embates políticos de sua época. A vulgarização do que atravessou a tradição marxista nas primeiras décadas do século XX exigia, na perspectiva gramsciana, um estudo sistemático e rigoroso, que não prescindisse da compreensão – como registrado no parágrafo 11 do Q10 – de que “a filosofia da práxis, certamente, deriva da concepção imanentista da realidade, mas desta enquanto depurada de qualquer aroma especulativo e reduzida a pura história ou historicidade, ou a puro humanismo” (2004:304).

Desse modo, Gramsci estava preocupado em apreender com rigorosidade teórica e uma espécie de justeza analítica o seu tempo e a cultura vigente – depurando as potencialidades, os excessos e equívocos dos seus interlocutores teóricos e práticos – referenciado no fundador da filosofia da práxis, ou como registra nos Cadernos, na “personalidade na qual a atividade teórica e a atividade prática são entrelaçadas indissolúvelmente, de um intelecto, portanto, em contínua criação e em perpétuo movimento” (*Idem* Q 4, § 1, p. 419).

Como traduzir Marx na Itália, considerando a formação da cultura italiana (as particularidades do mezzogiorno, a questão meridional), a organização política dos trabalhadores e a apropriação/ difusão das obras de Marx numa época marcada pela guerra, o fascismo, a exponenciação do liberalismo e um revisionismo profundo do

marxismo, operado pelos ecos da segunda internacional, atravessam os contornos dessa questão. Desse modo, a tradução se despe de suas acepções formais, rompe os muros da linguística e da métrica literária e se alastra como uma atividade teórica e política.

Tradutibilidade não é, portanto, uma atividade espontânea, descolada de intencionalidades ideopolíticas, bem como de bases sociopolíticas; ao contrário, assinala-se como ato histórico, coletivo (portanto, de classe) sustentado na leitura lúcida dos fundamentos que esta posição filosófica solicita, bem como do condições históricas que lhe reivindicam vitalidade e folego político e cultural. O recurso a leitura das fontes, dos pensadores seminais do movimento político requisitado pelo marxismo coaduna com o conhecimento rigoroso do tempo e do espaço que solicita tais análises, como estratégia para atestar a vitalidade do pensamento crítico.

Deslinda-se, assim, uma crítica voraz as formas burguesas de acumular e viver, mediados pelas reflexões sobre política, cultura, marxismo, economia, literatura, fordismo, ideologia, intelectuais, socialismo, Estado, sociedade civil, jornalismo, educação, revolução e, não menos importante, hegemonia, as quais ganham relevo e densidade na obra gramsciana. Afirma Gramsci em O nosso Marx, publicado no Il grido del popolo, em 04/05/1918: “Vontade, do ponto de vista marxista, significa consciência da finalidade, o que por sua vez, significa noção exata do próprio poder e dos meios para expressá-lo na ação (2011, p.68). Para o comunista sardo, a subjetividade e a objetividade não são oponentes e nem desprovida de conteúdo histórico; ao contrário, é o elemento sistematizador da vontade, a experiência histórica processada na luta de classes. É preciso preservar o que nunca morre, isto é, a história, o homem em seus movimentos singulares e coletivos. É preciso refutar as “incrustações positivistas” que incidem nas interpretações da obra marxiana e, principalmente, sobre a perspectiva de transformação do mundo. A oposição ao fatalismo, a recusa as leituras esquemáticas dos processos históricos e da luta de classe é um imperativo que atribui vitalidade e a instauração de uma possível tradutibilidade. Estas exigências se tornam muito mais proeminentes quando

circunscrita a uma sociedade de capitalismo dependente, atravessada por conformações societárias reprodutora de desigualdades intensas e rebeldias viscerais, como a sociedade brasileira.

Num exercício de compreender algumas conotações da particularidade brasileira, é necessário reivindicar os traços predatórios da colonização portuguesa, a dependência, a super exploração da classe trabalhadora, a escravidão, o autoritarismo que caucionam uma dominação burguesa marcada por um deslocamento da classe dominante e pela dissociação entre economia e política, cujos processos sociais e políticos alijam os grupos sociais subalternos dos espaços de decisão política e se referencia por uma combinação desigual entre desenvolvimento e democracia.

Em um trânsito analítico para a contemporaneidade, percebemos que além de um ordenamento político-econômico marcado por uma assombrosa exponenciação do liberalismo, a crise sanitária nos últimos anos amplificou o metabolismo antissocial do capital (ANTUNES, 2020) e, por conseguinte, o seu potencial destrutivo. O trabalho intermitente e as relações de trabalho crescentemente individualizada e invisibilizada, que se travestem “de prestação de serviços e obliteram as relações de assalariamento e exploração do trabalho” (Idem, p.20). As condições de vida e trabalho alteraram-se brutalmente e as manifestações da questão social ganharam novos contornos, aprofundando as velhas estruturas que a sustentam. À fome, pobreza, desemprego, informalidade e adoecimento associa-se a uma precarização absurda das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores, associado a um empobrecimento nos espaços de luta e de projetos universalizantes e humanizadores, assinalando um terreno fértil para a recusa as perspectiva totalizantes, que priorizem a história como primado ontológico e o homem, como ser universal, histórico e construtor de relações e objetivações sociais. Logo, apresentam-se como impeditivos – ao mesmo que requisita de modo urgente – a tradutibilidade. O serviço social participa e contribui com esse processo, afirmando um projeto profissional, cujos fundamentos que lhe atribuem materialidade são processados na

fronteira do pensamento crítico e na luta contra toda forma de exploração e opressão. Nesse processo, a ontologia constitui-se de um recurso teórico-político indispensável a construção de mediações no vínculo orgânico do serviço social com as relações sociais.

### 3. Projeto ético-político: uma interpretação da filosofia da práxis?

Se é inconteste a perspectiva histórica inscrita na concepção de profissão inaugurada na obra de 1982, é preciso que a apanhemos como imanente ao arcabouço da teoria social de Marx na qual se sustenta aquela concepção, o que supõe, por seu turno, o reconhecimento de que “a imensa força de Marx sempre residiu em sua insistência tanto na existência da estrutura social quanto na sua historicidade, ou, em outras palavras, em sua dinâmica interna de mudança” (HOBSBAWN, 2013, p. 210). Ora, um tal reconhecimento implica num duplo desafio teórico: a apreensão dos componentes centrais da leitura marxiana da vida social como expressão ideal da apreensão da dinâmica inerente ao processo de desenvolvimento do ser social e, por isso mesmo, uma apreensão atenta e colada nas condições histórico-sociais particulares e precisas nas quais esse desenvolvimento se dá.

Num balanço realizado por ocasião dos 20 anos de “Relações sociais e Serviço Social no Brasil [...]”, Iamamoto (2002) destaca mais de uma dezena de componentes constitutivos da obra e que lhe permitem reafirmar “[...] integralmente, a análise efetuada sobre o *Serviço Social no âmbito do processo de produção e reprodução das relações sociais*, no marco da pesquisa histórica realizada, que abrange as décadas de 1930 a 1960” (IAMAMOTO, 2002, p. 105 – grifos nossos). Não pretendendo reproduzir aqui os exatos componentes então reafirmados por nossa autora, arriscamos a colocação do que julgamos essencial para chegar aonde queremos.

O significado social da profissão é arrancado do processo de produção e reprodução das relações sociais então estabelecidas pelas classes sociais fundamentais, tendo na exploração da força de trabalho, na propriedade privada dos meios de produção da vida e da divisão social do trabalho, os seus suportes fundamentais. Implica, portanto, no reconhecimento da produção mercantil tipicamente capitalista e nas formas nela assumidas pelo valor, cuja análise e desvendamento do seu significado e tensões apenas se efetivam por meio e por dentro da análise mesma do processo capitalista de trabalho, como processo de valorização, desnudando também a gênese, o desenvolvimento e as consequências da alienação sob o capitalismo. Ao apanhar o processo de produção da riqueza social como processo coletivo levado a cabo pelos trabalhadores, apanha sua condicionalidade à sua própria apropriação privada, desvelados que são os fundamentos do processo de valorização e acumulação capitalista, desembocando na compreensão da produção de uma população sobrando às necessidades do capital como resultante inerente de sua sociedade. Daí o fenômeno da questão social, do componente político que lhe é imanente e que implica na configuração de conflitos e lutas de classe então capitalistas, cujo enfrentamento ganha expressões as mais diversas, possuindo horizontes ideopolíticos também diversos – da superação da ordem burguesa à sua preservação, na qual se situam as vias institucionais, sobretudo por meio do Estado, particularmente na resposta que elabora em circunstâncias histórico-sociais precisas – as políticas sociais.

Da densidade e depuração dessas análises salta o exame do caráter contraditório da profissão e sua ineliminável natureza política (IAMAMOTO, 2001), parecendo-nos relevante salientar que a inscrição do Serviço Social no âmago dos processos institucionais que respondem às formas mais acabadas e empíricas das relações sociais entre as classes fundamentais somente tem seu significado e consequências desvendados porque remetido à uma apreensão da totalidade social. Sob pena de parecer óbvia essa afirmação, coloquemos em outras palavras: a apropriação do arcabouço da pesquisa marxiana contida na obra de 1982 somente

poderia resultar na elaboração de uma concepção de profissão capaz de exprimir idealmente as raízes concretas e histórico-sociais nas se fincam o seu exercício efetivo, então implicado até às tampas com/na totalidade social enfeixada nas relações sociais entre as classes, e, ao mesmo tempo e por isso mesmo, reconhecer as determinações de ordens diversas incidentes no universo do Serviço Social – econômicas, ideopolíticas, ético-morais, teórico-filosóficas, etc. Parece que aqui conseguimos chegar aonde queríamos: é apenas da interlocução com o pensamento de Marx, dotado de uma ontologia do ser social, que se torna possível a apreensão mesma do próprio ser, tal como se objetiva em dadas condições histórico-sociais – das quais é produto e produtor –, e, portanto, a apreensão das determinações então constituintes do ser social. Aqui se situa a vinculação ontológica entre Serviço Social e história, considerando a riqueza categorial de que esta última – porque produto das ações humanas – é portadora.

### 3 CONCLUSÃO

No debate dos fundamentos do serviço social, vem se acumulando consistentes pesquisas e reflexões que priorizam a compreensão dos elementos que caucionam e atribuem materialidade ao trabalho e a formação profissional, mediante a articulação medular da profissão com o movimento da história. Compreendida enquanto matéria e/ou disciplina de conhecimento indispensável ao processo de formação profissional; enquanto síntese da interlocução que a profissão estabelece com as classes sociais ou, ainda, como “matriz explicativa da realidade” (Yazbek:2018), é incontestável a proeminência atribuída aos estudos fundamentos do serviço social, nas últimas décadas. Tal acúmulo denota da interlocução que a profissão estabelece com o pensamento social crítico, com as lutas dos trabalhadores e com as requisições que atravessam o fazer-se profissional, nas dimensões teóricas, éticas e interventivas.

Nessa perspectiva, demarcamos a importância e referencialidade da concepção de profissão que vem sendo apreendida há quatro décadas – referimos a obra “Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica” de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho – como um marco teórico-metodológico e ideopolítico de grande dimensão no debate dos fundamentos. A interlocução estabelecida entre o Serviço Social e a tradição marxista nesta obra, assinala um dos ápices cruciais e decisivos do processo de renovação crítica da profissão no Brasil, e, ao afirmar a vinculação ontológica do Serviço Social com a história impõe, há quarenta anos, pelo menos, duas exigências – tanto de natureza teórica, quanto prático-política – fundamentais: a) a apreensão dos processos histórico-sociais quanto às condições nas quais se dão, às relações nas quais se assentam e que ao mesmo tempo deles resultam, às determinações objetivas e subjetivas produzidas em tais condições e relações, ao seu desenvolvimento, dinâmica, tendências e possibilidades de mudanças, com vistas à b) apreender suas incidências nas condições, dinâmica e desenvolvimento do Serviço Social que, então, responde às exigências que se lhe apresentam os próprios processos histórico-sociais.

Assim delimitamos o percurso assumido: a problematização do significado e das implicações teórico-políticas da *filosofia da práxis* – tal como proposta por Antonio Gramsci – na abordagem dos fundamentos do Serviço Social, buscando explicitar a noção proposta pelo comunista sardo para além da sua convencional compreensão como sinônimo para o marxismo; a fecundidade e as potencialidades do diálogo entre o Serviço Social e a ontologia do ser social na preservação das conquistas teóricas consubstanciadas na obra de 1982, mas também no seu avanço, quanto ao trato dos fundamentos do Serviço Social. Assim, tendo em vista que aqui nos debruçamos exclusivamente neste segundo elemento, buscamos primeiramente reafirmar alguns dos componentes centrais da vinculação ontológica entre Serviço Social e história, assumindo-a como premissa elementar do diálogo estabelecido entre a profissão e a ontologia do ser social, e, em seguida, procuramos enfatizar potenciais contribuições

desse diálogo para a sua própria preservação e andamento no debate dos fundamentos do Serviço Social.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BORGES, José Luiz. **Sete Noites**. São Paulo ; Editor(es):, Ed. Max Limonad, 1987.
- DIAS, Edmundo. **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- FERNANDES, Florestan. **As contradições do capitalismo dependente**. In: \_\_\_\_\_. Em busca do socialismo. Últimos escritos & outros textos. São Paulo: Xamã, 1995. p.123-144.
- FROSINI, F. **Sul “marxismo” di Gramsci**. Consecutio Rerum Rivista Critica della postmodernità, Roma, n. 5, 2013. Disponível: marxismo-di-gramsci/&gt;. Acesso em: 2 fev. 2021.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 1. 9º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- \_\_\_\_\_, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 6 [recurso eletrônico] 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017a.
- \_\_\_\_\_, Antonio. **Cadernos do cárcere**, vol. 5 [recurso eletrônico] 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.
- \_\_\_\_\_. **Escritos Políticos**, vol1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- HOBBSAWN, E. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.
- LENIN, Vladimir Ilyich Ulianov. **Marxismo e revisionismo**. 1908. Disponível em: www.marxists.org/&gt;. Acesso em 23 fev. 2022.
- \_\_\_\_\_. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa Ômega, 1977.

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22  
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

SEMERARO, Giovanni. *O protagonismo das periferias e dos subalternos na alternativa desenhada por Gramsci*. In: DEL ROIO, Marcos (org.). **Gramsci: periferia e subalternidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

PROMOÇÃO



APOIO





## IDEOLOGIA, FILOSOFIA DA PRÁXIS E SUBALTERNOS: A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO GRAMSCIANO NO III CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Ariadne Rodrigues<sup>5</sup>

Ana Lole<sup>6</sup>

### RESUMO

O presente artigo consiste em uma análise dos anais do III Congresso Brasileiro de Assistentes sociais, no qual constatamos a influência do pensamento gramsciano e destacamos as categorias ideologia, filosofia da práxis e subalternos como fundamentais para se pensar os novos rumos da profissão e as ações práticas de assistentes sociais neste evento. Os anais do III CBAS apontam para um compromisso das assistentes sociais com as classes dominadas, em um processo transformação social.

**Palavras-chave:** Ideologia. Filosofia da práxis. Subalternos. III CBAS. Antonio Gramsci.

### ABSTRACT

This article consists of an analysis of the annals of the III Brazilian Congress of Social Workers, in which we found the influence of Gramscian thought and highlighted the categories ideology, philosophy of praxis and subalterns as fundamental to thinking about the new directions of the profession and practical actions of social workers at this time. The annals of the III CBAS point to a commitment between social works and the dominated classes, in a social transformation process.

**Keywords:** Ideology. Philosophy of praxis. Subordinates. IIICBAS. Antonio Gramsci.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto da pesquisa de mestrado, intitulada *A influência do pensamento gramsciano no Congresso da Virada do Serviço Social, em 1979*,

<sup>5</sup> Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); ariadnerodrigues\_contato@yahoo.com.br.

<sup>6</sup> Professora do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Doutora em Serviço Social pela PUC-Rio; analole@gmail.com.

defendida em 2023, na qual foi realizada uma análise da influência do pensamento de Antonio Gramsci nos anais do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (III CBAS), realizado em 1979. Os anais deste evento apontam para a intenção de construção de um novo projeto de profissão. Sendo assim, este material raro traz uma perspectiva revolucionária, na qual as assistentes sociais e grupos subalternos, através da organização e da conscientização, unem forças a fim de transformar a sociedade e construir um novo bloco histórico. Esta perspectiva revolucionária foi gerada na luta de classes, implicando a assistente social optar por uma concepção de mundo vinculada aos interesses das classes dominadas ou subalternas.

A importância de se realizar uma pesquisa sobre a influência das obras de Gramsci no “Congresso da Virada” está na relevância teórica atemporal do teórico italiano para esta área do conhecimento, assim como no marco que os anais III CBAS representam para as conquistas históricas das assistentes sociais, em conjunto com a classe trabalhadora. Ao comprovarmos a utilização das categorias gramscianas no III CBAS, comprovamos que a inserção do pensamento de Gramsci contribuiu para as ações práticas tomadas pelos participantes do evento – rompendo com a ordem estabelecida e firmando um compromisso ético e político com as classes subalternas.

## 2 CATEGORIAS IDEOLOGIA, FILOSOFIA DA PRÁXIS E SUBALTERNOS NA OBRA CADERNOS DO CÁRCERE, DE ANTONIO GRAMSCI

A categoria Ideologia é uma das concepções fundamentais nos *Cadernos do cárcere*. Conforme mencionado em trabalhos anteriores (Araújo, 2018; Lole, Araújo, 2022), o filósofo alemão Karl Marx, em *A ideologia alemã*, define a produção de ideias como consequência da produção material. Em suas próprias palavras, “a produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real” (Marx; Engels, 2007, p. 93). Sendo assim, a subjetividade dos indivíduos é produzida a partir da sua realidade concreta e da estrutura política e

social, estando, assim, conectada com a produção. Os homens são então produtores de suas próprias representações e ideias, mas estas estão relacionadas ao desenvolvimento das forças produtivas. Marx (2007) faz uma crítica aos neo-hegelianos e à filosofia alemã, pois estes caíram no idealismo e buscaram refúgio em uma concepção exterior ou subjetivista, tentando explicar o mundo através da naturalização e da vontade. Segundo Marx (2007, p.94), o pensamento filosófico alemão “desce do céu à terra”, ou seja, parte daquilo que os homens imaginam e não da realidade dos indivíduos.

Para Marx e Engels (1977, p. 25), “os homens produzem ideias que, como quaisquer outras manifestações humanas, são resultado da atividade de homens reais, não têm existência autônoma, são a expressão consciente – real ou ilusória – de suas verdadeiras relações e atividades”. Antonio Gramsci é, nesse ponto, adepto das teorias de Marx. Portanto, também parte da noção de que “a tese segundo a qual os homens adquirem consciência dos conflitos fundamentais no terreno das ideologias não é de caráter psicológico ou moralista, mas sim de caráter orgânico gnosiológico” (Gramsci, 2009, p. 52).

Gramsci (2009) aponta que as ideologias se expressam através das relações sociais e derivam, em última instância, dos movimentos da estrutura da sociedade, pois a estrutura econômica da sociedade determina uma superestrutura e as possíveis formas de consciência social.

Ideologia pode ser entendida em Marx como conscientização para enfrentamento dos conflitos sociais, uma orientação para a atuação prática em um mundo dividido em classes. Em Gramsci (2009, p. 237) encontramos a distinção de dois tipos de ideologias, as “ideologias arbitrárias, cerebrinas, voluntaristas” e as “ideologias historicamente orgânicas”.

É necessário, por conseguinte, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, que são necessárias a uma determinada estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalísticas, “voluntaristas”. Enquanto são historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade “psicológica”: elas “organizam” as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. Enquanto são arbitrárias, não criam mais do que “movimentos” individuais, polêmicas, etc. (nem mesmo estas são completamente inúteis, já

que funcionam como o erro que se contrapõe à verdade e a afirma). (Gramsci, 2009, p. 236-237).

As ideologias historicamente orgânicas apresentam-se como uma concepção de mundo e se manifestam na superestrutura da sociedade, através de todas as manifestações da vida individual e coletiva. Na ideologia orgânica encontramos a “filosofia da práxis”, ou seja, o marxismo – que é uma ideologia justamente porque conscientiza para a luta de classes e para a transformação da sociedade (Simionatto, 1995, p. 76).

Para Gramsci, “a filosofia da práxis é uma superestrutura, é o terreno no qual determinados grupos sociais tomam consciência do próprio ser social, da própria força, das próprias tarefas, do próprio devir” (2009, p. 388), uma vez que as classes subalternas abrem caminho para se organizarem e se emanciparem – unindo conhecimento e ação.

O marxismo em Gramsci não é visto apenas como método, mas como uma filosofia que, dialeticamente, relaciona o conhecimento com o agir prático. Conforme Semeraro (2014, p. 131), Gramsci é quem “explicita, amplia e atualiza de maneira original as virtualidades da filosofia da práxis, mostrando-a como expressão revolucionária das classes subalternas, que se organizam politicamente para romper com a submissão e se tornarem dirigentes”.

De acordo com Gramsci (2009, p. 96), no terreno do senso comum as classes subalternas incorporam as ideologias das classes dominantes. A classe dominante consegue impor a sua ideologia porque tem o poder econômico que representa uma grande força no seio da sociedade civil e porque detém a posse do Estado e dos principais aparelhos privados de hegemonia.

As ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material, dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que elas sejam submetidas, ao mesmo tempo, e em média, as ideias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. (Marx; Engels, 2007, p. 72).

Gramsci, entretanto, supera esta visão de Marx, pois, para este autor, uma classe pode ser hegemônica enquanto a outra ainda é dominante. Isso ocorre, por exemplo, no campo cultural, no qual a ideologia da classe subalterna pode se tornar dominante enquanto a classe dominante ainda está no poder. Segundo Gramsci (2009, p. 96), “a filosofia marxista é a crítica e a superação da religião e do senso comum e, nesse sentido, coincide com o ‘bom senso’, que contrapõe ao senso comum”. Ou seja, ao se fazer a crítica ao senso comum e às ideias dominantes, nota-se a possibilidade de uma nova consciência vinda das classes subalternas, que se encontra em disputa ideológica por hegemonia com a classe dominante. Sendo assim, a filosofia da práxis:

Não é o instrumento de governo de grupos dominantes para obter o consentimento e exercer a hegemonia sobre as classes subalternas; é a expressão destas classes subalternas, que querem educar a si mesmas na arte de governo e que têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (possíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas. (Gramsci, 2009, p. 388).

Para Simionatto (1995, p. 85), no pensamento de Gramsci encontramos a necessidade da criação de novas ideias, nova cultura e uma nova visão de mundo, que venha das classes subalternas, que seja crítica, coerente e que se enraíze na sociedade com a mesma intensidade que as crenças tradicionais. Torna-se necessário realizar uma crítica à condição imposta pelas classes dominantes às classes subalternas, a fim de que os subalternos construam uma nova concepção e percepção do mundo. Trata-se da passagem do modo de pensar desorganizado e folclórico para um pensar crítico e histórico – que interfira nas lutas concretas e nos problemas práticos vividos pelas classes subalternas.

Ao reconhecer que “todos os homens são filósofos”, Gramsci (2009, p. 93) procura “destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou de filósofos profissionais e sistemáticos”. Semerano (2014, p. 138) destaca que, com esta frase, Gramsci quebra o monopólio dos “filósofos profissionais”. Gramsci (2009) propõe, então, uma concepção de mundo

coerente, crítica e que que emana das classes subalternas. A ideia central da filosofia da práxis em Gramsci é a de que os subalternos são os verdadeiros agentes transformadores de sua própria história e que são partes ativas e integrantes na luta pela construção de uma nova sociedade.

Gramsci também utiliza ao longo dos *Cadernos do cárcere* as categorias “grupos subalternos” e “subalternidade”. Na nota 48, intitulada “Passado e Presente. Espontaneidade e direção consciente”, Gramsci (2009, p. 194) apresenta que as classes subalternas têm como característica a “espontaneidade”<sup>7</sup> e que, com isso, os elementos de “direção consciente” são impossíveis de controlar. Gramsci (2009) busca a superação da subalternidade, de modo a direcionar de forma consciente os movimentos ditos espontâneos e elevá-los a um plano superior, inserindo-os na política. Negligenciar ou desprezar os movimentos ditos “espontâneos” e não lhes dar uma direção consciente, segundo Gramsci (2009, p. 197), “pode ter frequentemente consequências muito sérias e graves”, pois, “ocorre quase sempre que um movimento espontâneo das classes subalternas seja acompanhado por um movimento reacionário da ala direita da classe dominante”.

### 3 CATEGORIAS IDEOLOGIA, FILOSOFIA DA PRÁXIS E SUBALTERNOS NOS ANAIS DO III CBAS

As categorias gramscianas ideologia, subalternos e filosofia da práxis aparecem 134 vezes nos anais do III CBAS, sendo a mais utilizada a filosofia da práxis, 102 vezes. A categoria ideologia foi utilizada 29 vezes no documento. Já a categoria subalternidade aparece apenas três vezes ao longo do documento, através das falas de Maria Helena Souza Patto, nas páginas 203 e 204 e Seno Cornely, na página 271.

<sup>7</sup> O termo “espontaneidade” é usado por Gramsci (2009, p. 196) não no sentido de “uma atividade educadora sistemática por parte de um grupo dirigente já consciente”, mas sim “através da experiência cotidiana iluminada pelo ‘senso comum’”.

A categoria filosofia da práxis não aparece de forma direta nos anais do III CBAS, mas encontramos, desde o início do material, falas que expressavam a ideia de transformação, mudança, organização e conscientização das massas, para que estas tenham o poder de transformar a sociedade. Com isso, para a seleção deste material, buscamos as partes do texto em que as palavras “consciência”, “organização”, “mudança” e “transformação” tenham o sentido foram usadas com o sentido gramsciano de organização e conscientização dos subalternos, de forma que estes mudem a realidade. Não foram selecionadas partes que estas palavras aparecem com o sentido de reformismo e dentro de interesses governamentais. Foram acrescentadas, também, as partes do texto em que foram encontradas a palavra “páxis”.

Dentro deste critério, foram encontradas citações em 102 páginas, o que mostra a imensa contribuição desta categoria para os anais, assim como para a nova atuação profissional e no compromisso firmado com os trabalhadores. Quem mais utilizou palavras, de forma que mais se aproximaram a ideia de filosofia da práxis de Gramsci, foi Luiza Erundina de Sousa em 8 páginas. Em seguida, Seno Cornely (7), Letícia Carneiro (6), José Cortez (6) e Maria Abramides (4).

A seguir foram destacadas algumas falas dos anais do III CBAS as quais as categorias gramscianas foram utilizadas e contribuíram para que o Serviço Social rompesse com os representantes da ditadura militar presentes no evento e repensasse as suas bases. Contribuindo também para a organização dos subalternos e em sua luta ideológica – a fim de se construir um novo bloco histórico.

De acordo com a assistente social Assumpção de Andrade (apud CFAS, 1979, p. 177), as ações paliativas realizadas pelo governo não resolvem questões estruturais da sociedade brasileira, não levam à transformação e, com isso, não são válidas: “É preciso haver uma concentração numa ação que leve à transformação, que leve à mudança da própria sociedade e às causas, que criam esses problemas”.

Claro que não cabe ao assistente social sozinho, D. Quixote, fazer essa transformação, mas cabe, dentro do conjunto geral, no caso de profissionais liberais, juntamente com os médicos, com os engenheiros, com os arquitetos, forçar que se trace uma política em que os recursos existentes sejam

prioritariamente ou exclusivamente empregados numa ação de transformação, [não] numa ação de manutenção, que simplesmente permita que o que está aqui, esses problemas existem hoje, se perpetuem, ou que não criem crises, que venham a obrigar a uma transformação dos problemas existentes. (Andrade apud CFAS, 1979, p. 177).

Segundo Andrade (apud CFAS, 1979, p. 177), estamos comprometidos com a classe dirigente, e somos pagos para determinadas tarefas, que devem ser cumpridas. Entretanto, o fazer profissional deve ser “uma ação de conscientização e de reflexos com a classe dominada”.

Busca-se, assim, a consciência da população a fim de se encontrar meios para modificar a realidade da época, marcada pela ditadura militar, e se compreende o Serviço Social como uma profissão inscrita na superestrutura da sociedade, sendo uma profissão permeada por lutas ideológicas e que pode contribuir para a formação de uma nova hegemonia, ao lado das classes dominadas. Andrade aponta para a importância de escutar os mais diversos trabalhadores e refletir com eles sobre alternativas diante da realidade.

Pois bem, estamos atuando com eles nesse sentido, de experimentar uma ação, uma reflexão que não leve modelos, que não tenha uma encomenda já pronta, que não tenha um objetivo pré-determinado, mas que seja uma reflexão, com categorias definidas, em torno dos seus problemas de trabalho e vida – não se podem separar. (Andrade apud CFAS, 1979, p. 179).

A importância de se escutar e aprender com a população organizada transparece no III CBAS e no cine-fórum realizado às 9 horas do dia 25 de setembro, com o tema “Realidade e direitos sociais e habitação”, que trouxe falas de líderes de moradores de favelas, como a do Sr. Francisco Espíndola.

Outra coisa que considero importante é a participação do pessoal de bairros aqui, cuja consciência política me deixou realmente impressionado. Acho que foi colocada uma série de questões, desde a relação de capital, questões de multinacionais e também de como o Estado assume as suas funções, etc. Agora, pela palavra dos dois líderes dos moradores em favela, surgiu uma questão fundamental, que é a capacidade de organização que tem a população. Se observarmos essa capacidade de organização existente hoje, em que há também uma conquista de espaço e de participação por baixo, essa possibilidade de organização vai-se ampliando e deveríamos ter em mente que essas possibilidades de solução dos diversos problemas não está na possibilidade de organização do setor A ou do setor B, isoladamente, mas na possibilidade dos diversos setores cruzarem as suas informações, na

possibilidade de eventualmente organizações de moradores começarem a unificar as suas reivindicações com as daqueles que estão lutando nas fábricas e outros setores da sociedade. (Moisés apud CFAS, 1979, p. 199).

De acordo com Moisés (apud CFAS, 1979, p. 199), um primeiro passo frente à ideologia dominante seria a organização de congressos como o III CBAS, que são importantes para a finalidade de, entre outros assuntos, conscientizar os profissionais das causas geradoras da pobreza. Como segundo passo, para este expositor, “é preciso começar a construir uma práxis libertadora em nossas áreas de atuação. Paulo Freire já se encarregou de definir os objetivos e a metodologia de uma pedagogia libertadora” Diante desta fala, acompanhamos que, além de Althusser e Mao-Tsé-Tung, Paulo Freire também foi citado de forma direta pelos anais do congresso. Apesar de Gramsci não ter o nome citado nos anais, suas categorias e ideias aparecem por todo o material, sendo estes pensadores importantes para a formação do pensamento crítico do Serviço Social.

Isso é mais dentro da posição educativa do Serviço Social, em formar uma consciência crítica, porque nosso pessoal, se não tiver essa visão, realmente será levado por qualquer maré... Aceito que como classe, como categoria social, nós temos nossos mecanismos legais e devemos lutar por nossos direitos, com relação à nossa profissão. Com relação ao movimento político, só poderemos fazer alguma coisa de estável no momento em que o povo tenha a consciência crítica, para poder decidir, e não ser levado por impulsos de alas esquerdas ou direitas, ou de qualquer movimento que apareça, sem saber realmente que está acontecendo... As pessoas podem ser levadas a pensar, raciocinar e decidir-se, mas não devemos passar-lhes nossas próprias ideias. (Grangeiro apud CFAS, 1979, p. 219).

Evaldo Amaro Vieira trouxe para o debate a questão de que certas profissões, como o serviço social, teria a função de levantar a consciência crítica das pessoas. Vieira (apud CFAS, 1979, p. 220) questiona o que é consciência crítica e aponta que “criar consciência crítica, injetar, é coisa de vanguardismo, que entende que temos condições de desalienar o povo brasileiro”.

A questão da consciência crítica não se coloca, primeiro, no sentido de dizer que a consciência crítica tem sido injetada como papel do Assistente Social. É uma posição muito elitista entender que nós, onipotentemente, temos a função de sair por aí tirando a ingenuidade das pessoas e dando a elas uma visão crítica da sociedade. Inúmeros exemplos históricos existem de que a visão crítica decorre da própria experiência – experiência que qualquer

homem comum pode ter. No entanto, nossa função em um País onde 3,4% chegam à Universidade é apenas de encaminhar criticamente soluções, e não criar essa consciência. Exemplo: de repente, em meio a uma situação política inteiramente fechada, aparece uma série de greves altamente organizadas e muito além daquilo que os famosos teóricos pensavam que podiam fazer ou sugerir. (Vieira apud CFAS, 1979, p. 221).

A greve dos operários de 1978 e 1979 foi lembrada em muitas falas do evento, servindo de exemplo de mobilização, organização, conscientização e luta para as assistentes sociais. Uma das participantes do evento apontou que “a mobilização existe quando se conquista o espaço. Exemplo concreto disso é que, com lei de greve, greve proibida e essas coisas todas, ela estourou no ABC”. (Participante apud CFAS, 1979, p. 240). Na Exposição realizada no dia 25 de setembro, como tema “Realidade e direitos sociais e o trabalho”, que apresentou o filme “Greve”, de João Batista de Andrade (apud CFAS, 1979, p. 241), a comissão organizadora do evento foi cobrada em uma pergunta dirigida à mesa: “Chegou-se a convidar o Lula para vir participar desta palestra? Se não foi, por quê?”.

O debate após a exibição do filme “Greve” contou com a presença de alguns metalúrgicos que apoiaram e participaram do filme, que enfatizou e deu visibilidade aos objetivos da greve dos trabalhadores. Um dos grevistas presentes no evento, o dirigente sindical Sr. Devanir Ribeiro (apud CFAS, 1979, p. 241), afirmou: “Vou dizer quanto ao setor metalúrgico: os assistentes, mais precisamente na empresa onde eu trabalho, ficaram do lado do patrão, ficaram do lado de lá!”. Dentre várias perguntas relacionadas às greves, que foram direcionadas ao Sr. Devanir Ribeiro, uma questionava qual papel o Assistente Social deveria desempenhar no Sindicato brasileiro.

Acho que ele deve caminhar junto com o movimento sindical, mas primeiro, ele deve estar ao lado do trabalhador, não ao lado dos patrões (Palmas.) É preciso uma definição; foi por isso que fiz a pergunta a todos. O assistente social tem que se definir. Ou ele está de um lado, ou ele está do outro. Acho que o assistente social tem e deverá ter um relevante papel nos movimentos de classe e de grande interesse para os trabalhadores, porque o assistente social é que pode orientar, mas orientar daquela forma em que ele não pende nem de um lado, nem para outro; ele tem que ser um profissional, e não com aquelas respostas que talvez dão ao trabalhador, que são mais tendenciosas; elas pendem mais para um lado e, infelizmente, estão

pendendo para o lado maior, e a balança está sempre caída do lado de lá!  
(Ribeiro apud CFAS, 1979, p. 242).

Ao longo do congresso, ficou cada vez mais nítida a importância do movimento operário para aquele momento histórico do final da década de 1970, e era criticada pelos participantes a ausência destes trabalhadores no III CBAS. A prática política e a transformação da sociedade tinham como protagonistas os metalúrgicos grevistas, sendo estes trabalhadores requisitados no congresso.

Quando o poder não vem do povo, não é poder, é um falso poder. Mas não é menos poder, porque ele tem poder, inclusive de reprimir o povo, de deixar que o povo chegue ao ponto de considerar que ele não pode conquistar o poder. E é o que faz de pior para o povo – é quando se tira dele a consciência da sua própria capacidade. (Sousa apud CFAS, 1979, p. 278).

Segundo Sousa (apud CFAS, 1979; p. 278), os “assistentes sociais, se é que estamos comprometidos realmente com a mudança, não temos que ter medo de pensar nessa instância de poder, que é o aparato político-partidário”. Dentre as mudanças propostas para o serviço social, se encontrava uma prática institucional crítica e coerente, sustentada por uma análise conjuntural estrutural. Tudo isso em articulação com os subalternos. “Existe um desafio enorme pela frente. Temos que nos organizar nas nossas bases” (Sousa apud CFAS, 1979, p. 278).

A meu ver, a gente teria que se associar, efetivamente, e quando eu digo efetivamente não só é através de discursos e moções, é também através de uma prática concreta associar-se aos movimentos sociais mais gerais, que debate custo de vida, anistia e, inclusive, se integrar, enquanto organismo de classe, no Movimento de Unidade Sindical. Acho que na medida em que tivermos uma presença concreta, legitimamente reconhecida pela categoria, nesses organismos, que estão representando os interesses populares, estaremos dando uma contribuição efetiva ao processo de mudança e ao processo de redemocratização do País. (Sousa apud CFAS, 1979, p. 285).

Apesar da importância de se refletir a nova atuação das assistentes sociais no III CBAS, aponto também para o significado prático deste evento, sendo o momento em que a categoria realizou uma autocrítica e assumiu um laço de comprometimento com os trabalhadores. No dia 25 de setembro foi realizada uma assembleia no Palácio de Convenções do Anhembi, São Paulo. Dentre as proposições elaboradas nesta assembleia, constava a “necessidade de participação de elementos das comunidades

e lideranças sindicais em todas as mesas e painéis do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais” (Andrade apud CFAS, 1979, p. 254).

Ao final das atividades do III CBAS, em decorrência das críticas feitas à Comissão Organizadora, destituiu-se a mesa de honra, na qual continha representantes da ditadura militar. Os homenageados, como visto, passaram a ser os trabalhadores. Segue abaixo parte de uma das notas de repúdio recebida pela comissão organizadora, enviada pelo III Encontro Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais:<sup>8</sup>

Finalmente, face às tentativas, hoje, dos trabalhadores se organizarem em torno de suas reivindicações, repudiamos o convite de honra a representantes oficiais do Governo, principalmente ao Ministro do Trabalho Murilo Macedo (responsável pela abertura do III CBAS) que assume hoje atitudes patronais e repressivas, na medida em que determine a intervenção governamental e a retroação da emancipação da classe trabalhadora. Tais medidas, junto a outras punições, têm atingido duplamente líderes sindicais em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, decorrentes de toda política governamental que reprime manifestações populares. (Andrade apud CFAS, 1979, p. 429).

A destituição da mesa de honra à ditadura militar e a substituição por sindicalistas aponta para a nova postura do serviço social, que possibilitou a livre manifestação de todos os participantes do III CBAS e permitiu que se firmasse um processo democrático. O Congresso também permitiu uma ampla reflexão sobre os diferentes posicionamentos ideológicos que permeiam a prática profissional. Nesse sentido deve ser destacada a coerência do compromisso assumido pelas assistentes sociais diante do contexto histórico que eles estavam atravessando e também em relação aos debates desenvolvidos ao longo do congresso no que se refere à atuação das assistentes sociais. A mesa final do III CBAS, realizada no dia 29 de setembro, no Grande Plenário do Palácio das Convenções do Parque Anhembi, São Paulo, contou com a presença do líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva.

<sup>8</sup> Nota de repúdio elaborada pelo Sindicato de Assistentes Sociais do Estado de Minas Gerais; Sindicato de Assistentes Sociais do Estado do Ceará; Sindicato de Assistentes Sociais de Porto Alegre (RS); Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo; Associação Profissional dos Assistentes Sociais da Bahia; Associação Profissional dos Assistentes Sociais do Distrito Federal; Associação Nacional dos Assistentes Sociais do Pará, entre outros.

Para nós, trabalhadores, é motivo de muita honra sermos convidados, num momento em que, numa demonstração soberana de democracia, vocês conseguem repudiar uma Mesa de honra, de autoridades presentes, que não fizeram outra coisa neste País, senão massacrar todo um povo. (Lula apud CFAS, 1979, p. 455).

Lula (apud CFAS, 1979, p. 455) expôs a violência da ditadura militar e afirmou que “não é com atos de repressão, não é com ditadura, não é matando o trabalhador, que vamos encontrar soluções para os problemas do povo brasileiro”. Lula defendeu a democracia e a importância da organização das assistentes sociais:

É praticando a democracia, que vamos encontrar soluções para os problemas do povo brasileiro. É praticando a democracia, que vocês aqui praticaram. É discutindo os problemas de vocês, como vocês discutiram, que encontraremos o caminho digno para esse povo brasileiro. (Lula apud CFAS, 1979, p. 455).

Em sua fala, Lula (apud CFAS, 1979; p. 455) também afirmou que as assistentes sociais “têm um compromisso muito grande com a classe trabalhadora” e com o futuro do povo.

[...] saio daqui satisfeito, por ver o alto nível da discussão. Por ver que a preocupação de vocês não é apenas por mais um simples emprego, onde poderiam receber uma boa oneração, mas é pelos problemas sociais que enfrenta o povo brasileiro, hoje. Em todo esse processo de abertura, em todo esse processo de anistia que a sociedade conseguiu, é lamentável que a gente perceba que alguns companheiros voltam e outros vão para o calabouço. E me preocupa muito, me preocupa, porque aqui no Brasil, historicamente, as aberturas foram feitas para as elites, e para o povo a cadeia, para o povo a fome, para o povo a ignorância! [...] os assistentes sociais têm de ter um compromisso com a sociedade brasileira, porque o papel mais importante do assistente social já foi dito aqui por uma companheira, que me antecedeu, não é o de ser submisso ao poder econômico, não é o de ser submisso ao Estado, mas é de ser submisso à sociedade, à coletividade como um todo (PALMAS). (Lula apud CFAS, 1979, p. 456).

Através da fala de Lula podemos notar a relevância que o compromisso das assistentes sociais com a classe trabalhadora tem para os operários grevistas, assim como o ponto de vista destes trabalhadores sobre o III CBAS. Embora o Serviço Social tenha recebido críticas em meio ao congresso, inclusive por um metalúrgico, devido a sua atuação em favor das classes dominantes, a profissão conseguiu se repensar e compreender o seu papel ao lado dos trabalhadores.

Haverá o dia em que todos nós, juntos, trabalhadores braçais, assistentes sociais e intelectuais, políticos e todos aqueles comprometidos com o interesse do povo, estaremos numa praça dando a mesma demonstração que deram os estudantes de São Luiz do Maranhão, dando a mesma demonstração que deram os metalúrgicos de São Bernardo, os motoristas de Pernambuco, os trabalhadores da lavoura de cana de Mato Grosso, os trabalhadores rurais do Estado de Pernambuco, os professores de Pernambuco, os lixeiros de São Paulo, os coveiros de São Paulo e do Rio de Janeiro, os metalúrgicos do Rio de Janeiro; haverá o dia em que todos nós nos levantaremos sem um pinga de medo, também sem um pinga de ódio, mas haverá o dia em que todos nós nos levantaremos, chegaremos à praça pública e gritaremos, em alto e bom som: povo sofredor, seca a vossa lágrima! Escravos, levantai-vos da vossa prostração! Muito obrigado. (Lula apud CFAS, 1979, p. 547).

Após a fala de Lula (apud CFAS, 1979, p. 547), o plenário do III CBAS o aplaudiu demoradamente e gritou o slogan “o povo unido jamais será vencido”, o que apenas demonstrou o compromisso assumido pelas assistentes sociais naquele momento. O III CBAS estabeleceu uma nova correlação de forças a partir de um compromisso coletivo com os trabalhadores, com o Serviço Social se colocando abertamente em aliança com movimentos organizados na luta contra a ditadura, “uma marca pública da força do compromisso ético da categoria com a classe trabalhadora”, explica Sposati (2009, p. 94).

## 4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, entendemos a importância do legado do “Congresso da Virada” e seus desdobramentos, com ganhos históricos e políticos na defesa do que se construiu e se consolidou coletivamente, como a aliança entre os trabalhadores na luta pelos seus direitos. Reconhecemos, também, que embora as ideias de Gramsci tenham sido introduzidas nos anais do III CBAS com limitações e em meio a autores, por vezes, contraditórios, as categorias gramscianas foram utilizadas pelos congressistas, sendo o pensamento gramsciano de grande importância neste evento, assim como no processo de mudanças do Serviço Social e na articulação com os grupos subalternos. O pensamento gramsciano contribuiu para que o Serviço Social

repensasse as suas bases e também na organização dos subalternos e em sua luta ideológica – a fim de se construir um novo bloco histórico. As categorias de Gramsci foram, assim, de grande contribuição para se pensar em uma proposta de um novo pensar e agir sobre o Serviço Social.

Por fim, os anais do “Congresso da Virada” apontam que o Serviço Social conseguiu assumir um posicionamento crítico, rompendo com os ditames da ditadura militar e com o conservadorismo, ao mesmo tempo que assumiu um compromisso ético-político com as classes subalternas. O Serviço Social, ao escolher ser o instrumento de libertação das classes subalternas, necessitou repensar suas próprias práticas profissionais, a fim de as colocar em colaboração com as lutas sociais.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ariadne A. Rodrigues de. Mídia e Serviço Social: uma análise do nexos entre Serviço Social e mídia à luz das categorias de Gramsci. **Anais... 1ª Conferência Gramsci, Marx e Marxismo (CGRAM)**, São Luís-MA, 23 e 24 de agosto de 2018.

CONSELHO FEDERAL DE ASSISTENTES SOCIAIS (CFAS). **Anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 3**. São Paulo, 1979.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 3: Maquiavel, notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LOLE, Ana; ARAÚJO, Ariadne A. Rodrigues de. Notas sobre hegemonia e mídia no pensamento de Antonio Gramsci. In: LOLE, Ana; SILVA, Percival Tavares da; GOMES, Victor Leandro Chaves (Org.). **Ensaio sobre política e educação em Gramsci**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 93-106.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Prefácio, para a crítica da Economia Política - Contribuição à crítica da economia política**, 1959. Trad. Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22  
SET/2023

COASE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

SEMERARO, Giovanni. Filosofia da práxis e as práticas político-pedagógicas populares. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 28, n. 55, p. 131-148, jul./dez. 2014.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

PROMOÇÃO



APOIO



## FORMAÇÃO ACADÊMICO PROFISSIONAL CRÍTICA: a experiência do curso de Serviço Social da UFMA articulada à dinâmica nacional

Cristiana Costa Lima<sup>9</sup>

Mariana Cavalcanti Braz Berger<sup>10</sup>

Zaira Sabry Azar<sup>11</sup>

### Resumo:

Trata sobre a formação acadêmico profissional crítica no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão articulada ao movimento crítico nacional da profissão. Constitui pesquisa bibliográfica documental. Contextualiza a questão social no estado do Maranhão, na particularidade do regime autocrático brasileiro. Discorre sobre processos históricos de articulação do curso da UFMA com a dinâmica teórico política nacional. Conclui da contribuição mútua entre o curso e o Movimento de Reconceituação na perspectiva de construção do Projeto Ético Político da Profissão.

### Palavras-chaves:

Formação Acadêmico profissional. Serviço Social. UFMA

### Abstrac:

It deals with critical professional academic training in the Social Work course at the Federal University of Maranhão articulated with the national critical movement of the profession. It constitutes documental bibliographical research. It contextualizes the social question in the state of Maranhão, in the particularity of the Brazilian autocratic regime. Discusses the historical processes of articulation of the UFMA course with the national political theoretical dynamics. It concludes from the mutual contribution between the course and the Reconceptualization Movement in the perspective of building the Ethical Political Project of the Profession.

**Key Word:** professional academic training. Social Work. UFMA

<sup>9</sup> Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (DESES/UFMA). Doutora em Políticas Públicas (UFMA). Pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS). E-mail: cristiana.lima@ufma.br

<sup>10</sup> Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (DESES/UFMA). Doutora em Políticas Públicas (UFMA). Pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS). mariana.braz@ufma.br

<sup>11</sup> Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (DESES/UFMA). Doutora em Políticas Públicas (UFMA). Pesquisadora do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS). zaira.sabry@ufma.br

## 1. INTRODUÇÃO

Durante os anos de 1970, o Brasil estava sob o regime autoritário da ditadura civil-militar, que teve início em 1964 e se estendeu até 1985. Esse período foi marcado por repressão política, cerceamento das liberdades civis, censura, perseguição a opositores políticos e violações dos direitos humanos por parte do Estado, incluindo o uso de tortura como método de repressão.

O regime ditatorial no Brasil promoveu uma perspectiva modernizadora, buscando impulsionar o desenvolvimento econômico do país, com investimentos em obras de infraestrutura, como a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, entre as décadas de 1970 e 1980. Essas medidas visavam estimular o crescimento econômico do país e fortalecer sua posição no cenário internacional. Em paralelo, reprimiu os movimentos sociais que se contrapunham o autoritarismo e lutavam por democracia, liberdade e justiça social. Os estudantes desempenharam um papel importante nessa resistência, engajando-se em manifestações, protestos e mobilizações que buscavam enfrentar o regime.

O modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado imprimiu profundas desigualdades sociais manifestas na pobreza, urbanização desordenada, falta de serviços públicos e violência; no campo, a concentração da terra e os graves conflitos fundiários, com a perseguição política de lideranças. No Maranhão, o período é marcado pelo alinhamento estadual com a política econômica nacional, com o mesmo *modus operandi*. Neste sentido, empreendeu um desenvolvimento com bases na modernização da economia, abrindo oportunidades à expansão de fronteiras pelo capital.

O Estado, assim como o capital emergente, apresentava suas demandas aos profissionais do Serviço Social, no sentido de apaziguar ou controlar a massa urbana e camponesa afetada pela dinâmica do capital moderno. Mas, se no primeiro momento, a profissão, cuja origem encontra-se fincada nos preceitos caritativos da Igreja Católica, com a inserção da teoria crítica com orientação marxiana e tradição marxista nas Ciências Sociais, em especial, no Serviço Social, passa a questionar

teórica e politicamente seu fazer profissional e a própria realidade brasileira e estadual.

A profissão passa por grandes transformações em todas as suas dimensões: na política, entendendo-se como categoria trabalhadora e comprometendo-se com a demandas e lutas da classe dos trabalhadores; na formativa e produção e do conhecimento, oportunizada pela criação de cursos e programas de pós-graduação, avança na qualificação da formação com o aprofundamento de temas e pesquisas com viés crítico; no exercício profissional, superou a metodologia do caso, grupo e comunidade, avançando para a perspectiva crítica da realidade.

O curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão, criado em 1953, ainda na condição de Escola Maranhense de Serviço Social também vivencia profundas mudanças que repercutem no processo de formação acadêmica decorrente da renovação do projeto de formação, o que se reflete na revisão do currículo mínimo.

Envolvido de forma orgânica com o movimento histórico nacional promovido pelas entidades representativas da profissão na época, capitaneadas pela então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o curso da UFMA reflete o contexto das lutas estaduais, em especial, compondo processos organizativos populares, através de experiências extensionistas e mobilizações em defesa de direitos.

O texto ora apresentado constitui pesquisa bibliográfica documental e encontra-se estruturado em dois itens, além desta introdução e das considerações. No primeiro, aborda sobre a questão social no Maranhão, destacando particularidades do período ditatorial; no segundo, discorre sobre a formação profissional crítica do curso de Serviço Social da UFMA, apontando a articulação deste com o Movimento de Reconceituação. À guisa de conclusão, infere que este curso sofre profundas influências da dinâmica teórico política nacional, mas que a



compõe, contribuindo de forma orgânica com a construção do projeto ético político da profissão.

## 2. QUESTÃO SOCIAL NO MARANHÃO NOS ANOS DE 1970

O Maranhão, estado situado na periferia da economia brasileira, apresenta há anos baixos indicadores de desenvolvimento humano, sendo nacionalmente registrado como um dos estados com maior população em situações como: trabalho análogo ao escravo, extrema pobreza, analfabetismo e precarização do trabalho.

Em termos de produção, com área territorial de 331.983 km<sup>2</sup>, o estado concentra sua economia em práticas caracterizadas pelo agronegócio, com os complexos de soja, alumínio, celulose, ferro, milho, ouro, algodão e proteína animal como principais produtos mais exportados em 2021 e 2022 (IMESC, 2023, p. 16). Destacam-se os projetos minero metalúrgicos, com a exploração de gás e a produção de ferro gusa. Na produção agrícola, tem primazia o plantio de soja, eucalipto e cana de açúcar.

O *modus operandi* dos projetos econômicos requerem vasta extensão territorial, se baseiam no avanço da ciência e na tecnologia moderna, com restrita força de trabalho. Ademais, articulado a expropriação de condições e meios de reprodução material das populações camponesas, através de práticas violentas.

Na dinâmica expropriatória do capital, famílias camponesas - compostas por posseiras, quilombolas, indígenas, ribeirinhas e extrativistas - seguem a perspectiva da migração para centros urbanos ou resistem e fazem o enfrentamento ao capital. Como consequência, as mazelas da urbanização desordenada atingem muitas

idades brasileiras, em especial as do Nordeste, região que sofre intensas investidas do capital no campo, a exemplo do projeto MATOPIBA<sup>12</sup>.

Uma das mais graves consequências deste processo é a densidade demográfica de alguns centros urbanos, como é o caso da ilha de São Luís<sup>13</sup>, que congrega cerca de 25% da população total do estado. Os impactos afetam as condições de parte da população, que acessa de forma precarizada o trabalho e os serviços públicos, expressando a questão social<sup>14</sup>.

Com a negação de grande parte da população ao trabalho, a questão social apresenta particularidades no Maranhão, visto que “Ao mesmo tempo em que a questão social é desigualdade, é também rebeldia, pois envolve sujeitos que vivenciam estas desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2012, p. 28).

Quanto a dimensão da luta, nos marcos da década 1970, tal questão se configura no estado no contexto da ditadura civil-militar, que teve na figura do governador José Sarney (1966-1970) sua representação tanto em termos políticos quanto econômicos, com a retórica da modernização. Neste sentido, foram implementadas obras de infraestrutura, com a construção de estradas, rede de telecomunicações, hidrelétrica para fornecimento de energia elétrica, porto e barragem (BORGES, 2012, p. 83). Para o campo, atraiu empresas através da Lei nº 2.979 (1969), conhecida como Lei de Terras ou Lei Sarney, com incentivos ao avanço do capitalismo no campo, representado por empresários agropecuários.

A Lei constitui base de intensos conflitos agrários, tendo a concentração fundiária como um de seus maiores expoentes. Na zona urbana “a implantação da

<sup>12</sup> MATOPIBA é a denominação dada a um projeto econômico do agronegócio que abrange grandes áreas nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Tocantins. Criticado por estudiosos das ciências agrárias e sociais por matriz tecnológica que tem como base o uso predatório do meio ambiente e a expropriação dos meios e condições de vida das populações afetadas.

<sup>13</sup> A ilha de São Luís é formada por quatro municípios, dentre eles a capital, Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar.

<sup>14</sup> Segundo conceitua Iamamoto (2012, p. 27), como “o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade madura, que tem uma raiz comum: a produção cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

zona industrial acarretou remoções compulsórias que inauguraram a formação de grandes e desassistidas periferias” (BORGES, 2012, p.83).

Mas, se por um lado

o “Maranhão Novo” de Sarney, seguramente criou um clima de euforia que, em certa medida, obscureceu a percepção de que uma ditadura estava em pleno funcionamento no país, ainda mais por que os recursos para essas obras, via de regra, vinham do governo federal e as inaugurações, também via de regra, contavam com a presença dos generais presidentes e patrocinadores (BORGES, 2012, p.83).

Por outro lado, muitos setores da sociedade se organizaram para a resistência à ditadura no estado, que se estruturava política e ideologicamente para garantir a hegemonia desenvolvimentista.

Esse período foi marcado por profundas violações dos direitos humanos sintetizadas no Ato Institucional nº 05, decretado pelo general Costa e Silva em 1968 e que vigorou até 1978. Considerado instrumento de intolerância à ideologia democrática, o Ato impôs processos de violência<sup>15</sup>, com a retórica de combate aos ideais “comunistas” e defesa do padrão de desenvolvimento econômico nacional articulado aos interesses do capitalismo central.

Como contraponto ao contexto ditatorial, muitos setores populares e democráticos se organizaram e resistiram à ditadura. Uma das mais importantes resistências que marcou de forma contundente a luta pela redemocratização no Maranhão foi a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH<sup>16</sup>), entidade criada em 1979 que congregou diversos sujeitos, grupos e movimentos urbanos e camponeses.

<sup>15</sup> A prática coercitiva ditatorial no Maranhão prendeu, perseguiu e assassinou lideranças políticas, camponesas e urbanas, como o sindicalista camponês Manoel da Conceição e a médica comunista Maria Aragão, que foram presos e torturados pelos militares.

<sup>16</sup> A SMDH expressou, naquele momento histórico, uma síntese de muitas lutas na perspectiva dos direitos humanos, articulando debates e mobilizações com metodologias de educação popular. Eram estudantes que se organizavam pela meia passagem, a Igreja progressista com seu trabalho de base e pastorais sociais, profissionais liberais e militantes de esquerda na luta pela anistia, militantes de movimentos populares, representantes populares, artistas organizados em movimentos culturais de crítica às violências no estado (DIAS, 2011, citado por PEREIRA, 2015, p. 80). Além de o movimento contra a carestia, os professores universitários na defesa da educação pública e o movimento negro.

Das lutas empreendidas, destacamos a luta camponesa através do enfrentamento à concentração da terra e pela reforma agrária, tendo como instrumentos políticos, o sindicato dos trabalhadores rurais, o Partidos dos Trabalhadores, o Partido Comunista do Brasil, a Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT). A luta camponesa foi ampliada com o surgimento de outros movimentos, a exemplo da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), tornando o estado uma referência nacional nos conflitos e lutas agrárias.

Este contexto de conflitos e lutas no estado, assim como a efervescência política nacional exerceram influência na formação profissional do Serviço Social na UFMA, sobre o que será tratado a seguir.

### 3 PROCESSOS HISTÓRICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL CRÍTICA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFMA

No contexto da ditadura civil-militar, o Serviço Social brasileiro vivenciava três diferentes perspectivas: a de reatualização do conservadorismo; a modernizadora e a renovadora, também designada de intenção de ruptura (NETTO, 2004). A perspectiva de intenção de ruptura teve desde sua origem uma vinculação orgânica com a universidade, haja vista que emerge nesta estrutura e avançou, sobretudo na década de 1980, para os espaços de debates da categoria profissional. Cabe, portanto, à universidade, o protagonismo quanto às formulações da perspectiva de intenção de ruptura, mas não sem oposição, seja no âmbito do projeto da modernização conservadora seja nos termos conjunturais marcados pela autocracia burguesa (NETTO, 2004).

A inserção no ambiente acadêmico possibilitou o desenvolvimento de pesquisas, aprofundamento teórico e a criação de programas de pós-graduação em Serviço Social, com o primeiro curso de mestrado em Serviço Social, em 1971,

oferecido pela PUC-SP e o primeiro Programa de Mestrado em Serviço Social oficialmente credenciado pelo Conselho Federal de Educação, em 1972, na PUC-Rio, o que muito contribuiu para o fortalecimento da profissão, estimulando a produção de um conhecimento específico e a formação de profissionais mais qualificados, além de ampliar a capacidade de intervenção no campo social.

Embora a ditadura civil-militar estivesse em crise e o país em um processo de abertura política, no Maranhão ainda se enfrentavam desafios devido à forma truculenta do então governador João Castelo (1979 -1982), em termos estaduais e do reitor José Maria Cabral Marques (1979-1988) nas particularidades da Universidade Federal do Maranhão. Por fazerem enfrentamento ao regime, professoras como Josefa Batista Lopes, Franci Gomes Cardoso, Alba Pinho de Carvalho, Nonata Santana, Eliana Moura e Teresinha Moreira Lima tiveram suas cargas horárias reduzidas como retaliação frente à participação ativa dessas professoras em projetos de pesquisa-ação, como o “Trabalho junto ao pescador artesanal da Ilha de São Luís”, (1979/1983), coordenado pela professora Franci Gomes Cardoso, sob alegação de “proselitismo político” (CARDOSO et.al., 2021, p.157), o qual foi desativado de forma inesperada.

A contribuição do curso para a formação de assistentes sociais vai além do Maranhão, se irradia em termos nacional e na América Latina. Ressaltamos a relação entre a dinâmica local que se liga com o movimento nacional e o movimento latino-americano para a construção do Serviço Social, com destaque para eleição de Josefa Batista Lopes como vice-presidente da *Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social* (ALAETS) e do *Centro Latinoamericano de Trabajo Social – CELATS* (1986-1989).

A formação profissional passou a ser pensada vinculada aos demais elementos constitutivos da profissão: intervenção profissional, organização política e produção do conhecimento. A formação de profissionais constitui como mediação de um determinado mercado de trabalho e reflete a capacidade de luta e de organização política desta categoria.

Assim, o processo de revisão curricular do Serviço Social, a partir dos anos 1970, já sob a influência do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, se configurava como uma inquietação frente a uma formação com marca religiosa desde sua gênese. O currículo de 1970, em relação ao projeto que se desenhava para o Serviço Social no Brasil, e, fundamentalmente, a partir da articulação latino-americana, estava apontando em uma direção de transformação.

No contexto do Maranhão, o projeto desenvolvimentista liderado então governador José Sarney (1966-1970) trouxe mudanças significativas e demandas específicas para diversas profissões, incluindo o Serviço Social. Esse projeto de desenvolvimento redimensionou a máquina do Estado e exigia um perfil profissional adequado para atender às necessidades do plano governamental.

Desse modo, predominava uma racionalidade técnica na formação profissional, que buscava preparar os profissionais para atender às demandas do mercado de trabalho voltadas para a modernização conservadora. Essas transformações no perfil profissional do Serviço Social no Maranhão foram influenciadas pelos contextos político, econômico e social da época, especialmente pelo projeto desenvolvimentista do governo em pauta.

No entanto, nesse período, houve uma ruptura com o viés da formação religiosa, o que significa que a formação dos profissionais do Serviço Social passou a se basear menos em princípios religiosos e mais pautada para o perfil técnico. Nessa direção, estava sendo incorporando pelo próprio movimento da sociedade um novo perfil técnico para o trabalho: planejamento no âmbito das políticas, trabalho em equipe, ação comunitária a partir da pedagogia de Paulo Freire, demonstrando as contradições desse processo e as possibilidades de pensar politicamente à profissão.

Destacamos como referência a professora Miriam Limoeiro Cardoso, que contribuiu na pós-graduação do Serviço Social, inserindo o método e o pensamento de Marx, e o pensamento de Gramsci. Essas influências teóricas foram significativas para a formação dos estudantes e profissionais, proporcionando uma base crítica e

uma compreensão mais aprofundada das relações sociais com repercussões no debate do Serviço Social brasileiro.

Conforme Cardoso e Abreu (2022, p. 157), entre os anos de 1970 e 1980, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio, contribuiu

na construção da base teórico-metodológica de caráter pluralista, com hegemonia do pensamento fenomenológico em interlocução com demais correntes de pensamento presentes no debate acadêmico, naquele momento do Serviço Social brasileiro, entre as quais o pensamento de Marx e a tradição marxista, sobretudo pela contribuição da Professora Miriam Limoeiro Cardoso: no adensamento teórico sobre análise marxiana e vertentes marxistas, com ênfase no filósofo e militante marxista italiano Antonio Gramsci (1891-1937), como fontes para pensar a profissão na dinâmica da luta de classes e a perspectiva da emancipação das classes subalternas; e, inaugura no programa a discussão do marxismo no debate da questão do método, cujo ponto de partida é análise que desenvolve no trabalho *O mito do método*, em que recorre fundamentalmente ao pensamento do filósofo francês Gaston Bachelard (1884-1962).

Após o retorno da pós-graduação das professoras Josefa Batista Lopes, Alba Pinho de Carvalho, Franci Gomes Cardoso e Marina Maciel Abreu foi adotada uma estratégia de ocupação dos diversos espaços profissionais, a partir das pesquisas desenvolvidas, da articulação com a intervenção profissional, organização política e a formação acadêmica no bojo do movimento nacional de revisão do currículo do curso de Serviço Social, já que se buscava uma formação alinhada com os desafios e demandas da realidade social, aprimorando a capacidade de intervenção e o desenvolvimento teórico e metodológico da profissão.

A construção do currículo ocorreu de forma democrática e mobilizadora no Brasil nos anos de 1979 a 1982, através de diversos encontros preparatórios visando a construção coletiva de um novo currículo. O movimento de revisão curricular elaborou o denominado currículo mínimo aprovado em 1979 na XXI Convenção da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), realizada em Natal, Rio Grande do Norte, e em 1982 pelo Conselho Federal de Educação.

A XXI Convenção Nacional da ABESS teve como representantes do Maranhão, representando o corpo docente do curso, as professoras Marina Maciel Abreu e Josefa Batista Lopes e Lourdes Maria Leitão Nunes, como representante

estudantil. Neste contexto existiu um movimento de rearticulação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que o Maranhão participou ativamente.

No tocante ao trabalho organizativo articulado às lutas das assistentes sociais, destaca-se a organização da Associação Profissional dos Assistentes Sociais (APAS), que tinha a perspectiva de transformar-se em sindicato, sendo Maria Michol Pinho de Carvalho, sua primeira presidente. Este movimento político veio na perspectiva da unidade da formação com a organização política da categoria.

Anteriormente, no movimento histórico nacional, ocorreu o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1978, também conhecido como “Congresso da Virada”. Tivemos como representantes do Maranhão, a professora Sandra Torres e a assistente social Maria do Amparo Gomes Barros. Nesse processo não teve homogeneidade, mas muita disputa com o movimento pró APAS, considerado um marco para o Serviço Social.

Esclarecem Cardoso e Abreu (2022, p. 157), que

o movimento da *virada profissional* tem sustentação em dois processos imbricados: a) na mobilização e organização da categoria dos assistentes sociais, como trabalhadores assalariados, impulsionadas pela ascensão das lutas sociais no continente e suas expressões particulares no Brasil; b) no avanço da pesquisa e da produção do conhecimento crítico tendo o pensamento marxiano e tradição marxista como fundamento e orientação da inserção crítica da categoria nas lutas dos trabalhadores.

O novo currículo aprovado pelo Ministério da Educação (MEC), em 1982, se constituiu como o primeiro esforço de superação da formação instrumental e tecnicista que já vinha sendo gestado nos 1970. Cabe demarcar que foi no movimento de rompimento com uma perspectiva religiosa em direção a uma perspectiva mais técnica que, na contradição do processo, teve um redimensionamento em direção à perspectiva crítica. A universidade favoreceu a crítica e a laicização da formação profissional em Serviço Social.

Foi possível fazer uma articulação nacional que possibilitou a visibilidade da participação do Maranhão, pois

A participação do Serviço Social do Maranhão nessa dinâmica foi significativa, dando-lhe visibilidade política, somando com a luta contra a ditadura civil-militar. Neste sentido, Josefa Batista Lopes, da UFMA foi eleita presidente da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), em 1981, além de Franci Gomes Cardoso e Alba Maria Pinho de Carvalho, que ocuparam os cargos de tesoureira e secretária, respectivamente.

Essa gestão na ABESS foi marcada por um compromisso com a transformação social e a construção de um currículo que refletisse as necessidades e desafios do contexto brasileiro da época. Houve um esforço conjunto para a elaboração das diretrizes curriculares que valorizassem a formação crítica, ética e política dos assistentes sociais, incorporando perspectivas teóricas e metodológicas que contribuíssem para a análise crítica das demandas sociais e a promoção da justiça social.

A ABEPSS decidiu em eleição que o curso que tinha condições de orientar esse processo era o Curso de Serviço Social do Maranhão e partir daí se deu a implantação do novo currículo em todas as unidades de formação.

Todo este movimento da categoria, no sentido de sua construção histórica, passa pela constante reflexão no pensar o exercício profissional. O Serviço Social, portanto, constitui uma profissão que se insere e se compreende na dinâmica do real concreto. Importante destacar que o Movimento de Reconceituação, enquanto marco crítico, constitui hegemonia política junto aos profissionais, apesar de não constituir unanimidade, porém, apresenta as bases ideológicas para a construção do projeto ético político profissional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social como categoria profissional no Maranhão tem no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão uma referência do movimento

histórico nacional da profissão na construção do pensamento crítico. Com origem na tradição católica, no estado, a profissão apresenta as particularidades da questão social, com importantes marcos da dinâmica sócio econômica, com destaque para os projetos desenvolvimentistas com viés moderno conservador implementados em consonância com o governo autocrático nacional.

Além das práticas de violência cometidas contra contestadores do regime, as medidas governamentais acirraram os conflitos e desigualdades, em especial, no campo, com a expropriação dos meios e condições para a reprodução material de famílias camponesas.

O Serviço Social maranhense, chamado a atender as demandas do Estado e do capital segue a dinâmica contestadora do movimento nacional da profissão, em meio a processos que levam à reflexão crítica sobre si, embasada na teoria crítica, com orientação marxiana e tradição marxista.

Neste sentido, à guisa de conclusão, destacamos que o conjunto da profissão no estado do Maranhão, de modo geral, sofreu e sofre forte influência do movimento teórico político do curso ao longo dos tempos; o Movimento de Reconceituação constitui marco na formação acadêmica na UFMA, contribuindo para profundas transformações teórico metodológicas no curso, com destaque na reformulação do currículo mínimo; e se por um lado o curso de Serviço Social na UFMA sofreu fortes influências da dinâmica teórico política nacional, por outro, este curso, através da participação de professoras de seu departamento, contribuiu de forma consistente no movimento crítico nacional rumo à construção do projeto ético político.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Arleth Santos. **Ditadura militar no Maranhão**. Disponível em <http://aprumasecaosindical.org/2021/03/31/artigo-ditadura-militar-no-maranhao-da-professora-arleth-santos-borges/>

CARDOSO, Franci Gomes; et. al., Formação profissional em Serviço Social no movimento da história do Maranhão. MOTA, Ana Elizabete et. al.(orgs). **Serviço Social no Nordeste: das origens à renovação**. Cortez Editora, 2021, p.149-167.

CARDOSO, Franci Gomes; Abreu, Marina Maciel. A influência da professora Miriam Limoeiro Cardoso nos estudos do método e na formação de pesquisadores na pós-graduação em Serviço Social/PUC-Rio anos 1970/1980. **O Social em Questão**. Ano XXV, nº 54, 2022, p. 153-176.

IAMAMOTO **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23ª edição, Cortez, São Paulo, 2003.

IMESC. **Boletim de conjuntura maranhense - 2022. 2023**. Disponível em [4b4f0453c5fb661232bb8d674a0ccefd.pdf](https://www.imesc.ma.gov.br/boletim-de-conjuntura-maranhense-2022-2023) (imesc.ma.gov.br). acesso em 15 de maio de 2023.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Jesus Marmanillo. **Luta por direitos: Movimentos Sociais de Direitos Humanos em São Luís durante a década de 1980**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/7811/2/arquivototal.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2023